



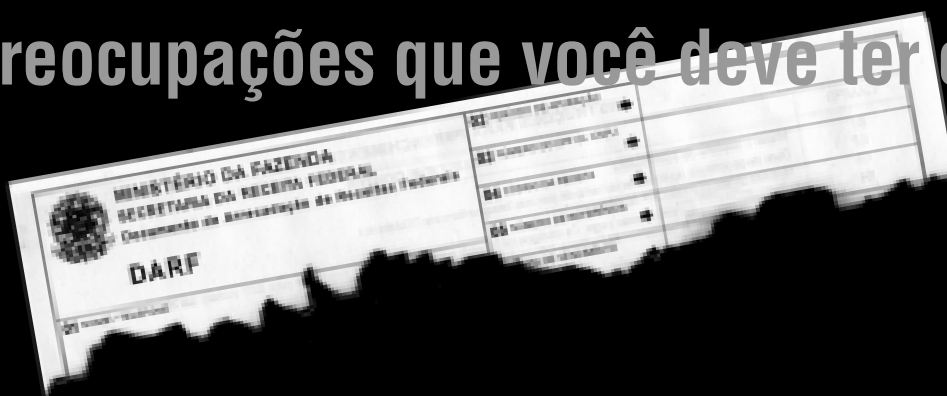
FENACON em

SERVIÇOS

contabilidade ♦ assessoramento ♦ perícias ♦ informações ♦ pesquisas

Arquivo de Documentos

As preocupações que você deve ter com ele



- O dever legal de conservar e manter sob guarda arquivos de documentos fiscais
- Quando o documento torna-se direito de crédito
- Empresas que se especializam na guarda de documentos
- O gerenciamento terceirizado de arquivos

Bate-papo profissional



O colunista Nivaldo Cleto explica de que forma os programas de comunicação instantânea, como o ICQ e o MSN Messenger, estão contribuindo para o trabalho em grupo nas empresas

GPS: Tumulto anunciado

Empresários narram como foi o pagamento eletrônico da Guia da Previdência Social. Moroti, de Apucarana-PR, conta que utilizou a própria conta corrente para atender clientes



A era dos cadastros digitais



9ª CONESC - 1ª CONESA
Os preparativos para o maior evento do setor de serviços

Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

SESCON - Alagoas

Pres.: *Anastácio Costa Mota*
R. Dr. Albino Magalhães, 185
57050-080 - Maceió/AL
Telefax (82) 336.2210
sesconal@matrix.com.br

SESCAP - Amapá

Pres.: *Aluísio Pires de Oliveira*
R. Hamilton Silva, 2023 - Sala B
68906-440 - Macapá - AP
Telefax (96) 222-5372

SESCON - Amazonas

Pres.: *Wilson Américo da Silva*
R. 10 de julho, 651-A
69010-060 - Manaus - AM
Telefax (92) 633 - 4951

SESCON - Apucarana

Pres.: *Alicindo Carlos Moroti*
Rua Osvaldo Cruz, 341 - Centro
86800-720 - Apucarana - PR
Tel. (43) 422-7908 / 422-3913
aprogramacao@onda.com.br

SESCON - Bahia

Pres.: *Fernando César Passos Lopo*
Praça Onze de Dezembro, 5 - sl 127 -
Calçada - 40410.360 - Salvador/BA
Telefax. (71) 316.7520/7521

sesconba@terra.com.br

SESCON - Blumenau

Pres.: *Carlos Roberto Victorino*
R.15 de novembro, 550 - Sl 1009
89010-901 - Blumenau/SC
Telefax. (47) 326.0236 - 326.3401

sesconblumenau@flynet.com.br

SESCON - Caxias do Sul

Pres.: *Moacir Carbonera*
R. Ítalo Victor Bersani, 1134
95050-520 - Caxias do Sul/RS
Tel. (54) 228.2425 - Fax: (54) 222.7825

sescon@cic-caxias.com.br

SESCON - Ceará

Pres.: *Urubatam Augusto Ribeiro*
Av. Washington Soares, 1.400 - sl. 401
60811-341 - Fortaleza/CE
Tel.(85) 273.4341
Fax: (85) 273.5083

sesconce@secrel.com.br
(HP) www.sescon-ce.com.br

SESCON - Distrito Federal

Pres.: *Elizer Soares de Paula*
CRS 504 Bloco C - Subsolo, 64

Asa Sul - Entrada W2
70331-535 - Brasília/DF
Telefax (61) 226.2456 - 226.1248/ 1269

sescondf@br.inter.net
(HP) www.bbcont.com.br/sescondf

SESCON - Espírito Santo

Pres.: *Luiz Carlos de Amorim*
R. Alceu Aleixo, 117 - Térreo
29042-010 - Vitória/ES
Tel. (27) 3223.4936/ 3223.3547

sescon@sescon-es.org.br
(HP) www.sescon-es.org.br

SESCON - Goiás

Pres.: *Antonino Ferreira Neves*
Av. Goiás, 400 - Ed. Bradesco sl. 104
74010-010 - Goiânia/GO
Telefax (62) 212.4477

sescongo@international.com.br
(HP) www.bbcont.com.br/sescongo

SESCON - Grande Florianópolis

Pres.: *Walter Teófilo Cruz*
R. Araújo Figueiredo, 119 - sl. 402
88010-520 - Florianópolis/SC
Telefax: (48) 222.1409

sesconfloripa@ondstar.com.br
(HP) www.sesconfloripa.org.br

SESCON - Londrina

Pres.: *Paulo Bento*
R. Senador Souza Neves, 289 - sobreloja
86010-914 - Londrina/PR
Telefax. (43) 329.3473

sescon@sercomtel.com.br

SESCON - Maranhão

Pres.: *Carlos Augusto Gaspar de Souza Jr*
Av. Gerônimo de Albuquerque, S/N, sl 201
65051-200 - São Luís/MA
Telefax: (98) 246-9153

sescon-ma@elo.com.br
(HP) www.elo.com.br/sescon

SESCON - Mato Grosso do Sul

Pres.: *Odácio Pereira Moreira*
Rua Elvira Pacheco Sampaio, 681
79071-030 - Campo Grande - MS
Telefax: (67) 387-6094/ 387-5489

sesconms@terra.com.br

SESCON - Mato Grosso

Pres.: *Elynor Rey Parrado*
R. São Benedito, 851 - 1º andar
78010-800 - Cuiabá/MT
Tel. (65) 623-1603 / Fax. 321-4831

sescon-mt@inter-fox.com.br

SESCON - Minas Gerais

Pres.: *João Batista de Almeida*
Av. Afonso Pena, 748 - 24º andar
30.130-003 - Belo Horizonte/MG
Telefax.: (31) 3273-7353

sescon@sescon-mg.com.br

SESCON - Pará

Pres.: *Carlos Alberto do Rego Correa*
Travessa 9 de Janeiro, 2050 - Cremação
66063-260 - Belém/PA
Telefax: (91) 249-9768

sesconpa@nautilus.com.br

SESCON - Paraíba

Pres. *Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.*
R. Rodrigues de Aquino, 267 - sala 703
58013-030 - João Pessoa/PB
Telefax (83) 222.9106

sesconpb@zaz.com.br

SESCAP - Paraná

Pres.: *Valdir Pietrobon*
R. Marechal Deodoro, 500 -11º andar
80010-911 - Curitiba/PR
Tel. (41) 222.8183 - Fax: (41) 263.2193

sescap-pr@sescap-pr.org.br
(HP) www.sescap-pr.org.br

SESCON - Pernambuco

Pres.: *Geraldo de Paula Batista Filho*
R. José Aderval Chaves, 78 Sls 407/408
51111.030 - Recife/PE
Telefax: (081) 3327.6324

sesconpe@truenet.com.br
www.brasilnet2000.com.br/sesconpe

SESCON - Piauí

Pres.: *Tertulino Ribeiro Passos*
R. Honório de Paiva, 607 - Piçarra
64001-510 - Teresina/PI
Telefax: (86) 222.6337

sesconpi@analisecontabilidade.com.br

SESCON - Ponta Grossa

Pres. *Luiz Fernando Saffraider*
R. Comendador Miró, 860 - 1º andar
84010-160 - Ponta Grossa/PR
Tel. (42) 222.1096 - Fax: (42) 222.5040

sesconpg@convoy.com.br

SESCON - Rio de Janeiro

Pres.: *José Augusto de Carvalho*
Av. Presidente Vargas, 542 - sl.1906
20071-000 - Rio de Janeiro/RJ
Tel (21) 233.8868 - Telefax (21) 233.8899

sesconrj@domain.com.br
(HP) www.bbcont.com.br/sesconrj

SESCON - Rio Grande do Norte

Pres.: *Rui Cadete*
R. Princesa Izabel, 762 - Cidade Alta
59025-400 - Natal/RN
Telefax. (84) 221.5529 - 1102

ruicadete@digi.com.br

SIECONT - Rondônia

Pres.: *Antonio Sivaldo Canhin*
Av. Carlos Gomes, 2292 - Sl 4
78901-200 - Porto Velho/RO
Tel. (69) 224.4842 - Fax: (69) 216.1217

siecont@casadoempresario.com.br
(HP) www.canhin.com.br

SESCON - Roraima

Pres.: *Maria de Fátima Bezerra da Silva*
Av. Getúlio Vargas, 687-W - Centro/Anexo -
69301.030 - Boa Vista/RR
Telefax. (95) 623.0724

fatima@technet.com.br

SESCON - Santa Catarina

Pres.: *Vilson Wegener*
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - bl.B - sl.306
89201-906 - Joinville/SC
Telefax (47) 433.9849/1131

sesconsc@sesconsc.org.br
(HP) www.sesconsc.org.br

SESCON - São Paulo

Pres.: *Carlos José de Lima Castro*
Av. Tiradentes, 960 - Ponte Pequena
01102-000 - São Paulo - SP
Telefax: (11) 3328-4900 - Fax: 3328-4909

sesconsp@sescon.org.br
(HP) www.sescon.org.br

SESCON - Sergipe

Pres.: *Wladimir Alves Torres*
R. Siriri, 496 - sl. 4 - 1º andar
49010-450 - Aracaju/SE
Tel (79) 214.0722 - Fax (79) 213.7058

sesconse@infonet.com.br
(HP) www.netdados.com.br/~sesconse

SESCON - Sul Fluminense

Pres. *William de Paiva Motta*
Av. Joaquim Leite, 604 - sl. 211
27340-010 - Barra Mansa/RJ
Tel. (24) 323.1755 - Telefax (24) 323.8318

sesconsul@uol.com.br

SESCON - Tocantins

Pres.: *Antônio Luiz Amorim Araújo*
ACNO I - Lote 20 - Cj 3 - Sl 25
77013.020 - Palmas/TO
Telefax (63) 215.3395

audiconta@uol.com.br

Empresário de Serviços, entre em contato com seu sindicato através de e-mail. É mais fácil, rápido e econômico. Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.

**FENACON**R. Augusta, 1939 - Cjs 42 e 43
01413.000 - São Paulo - SP
Telefax (11) 3063.0937**Diretoria da Fenacon 2001/2003****Presidente**

Pedro Coelho Neto

Vice-Presidente - Região Sudeste

Antônio Marangon

Vice-Presidente - Região Nordeste

José Geraldo Lins de Queirós

Vice-Presidente - Região Sul

Mário Elmir Berti

Vice-Presidente - Região Centro-Oeste/Norte

Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta

Diretor Financeiro

Antonio Carlos Bordin

Diretor Administrativo

Roberto Wuthstrack

Diretor de Relações Institucionais

Haroldo Santos Filho

Diretor Social e de Eventos

José Rosivaldo Evangelista Rios

Diretor de Relações do Trabalho e Assuntos Legislativos

Sauro Henrique de Almeida

Diretor de Tecnologia, Qualidade e Produtividade

Nivaldo Cleto

Suplentes

Horizon Donizeth Faria de Almeida

José Eustáquio da Fonseca

Luiz Valdir Stolpo de Lara

Anastácio Costa Mota

Maciel Breno Schiffler

Orival da Cruz

Cleodon de Brito Saraiva

Izabel Rodrigues Liipke

Carlos Alberto do Rego Correa

Leomir Antonio Minozzo

William de Paiva Motta

Conselho Fiscal**Efetivos**

Jodoval Luiz dos Santos

José Carmelo Farias

Antonio José Papior

Suplentes

Irany Barroso de Oliveira Filho

Aluísio Beserra de Mendonça

Luis Carlos Freitas

Representação na CNC**Efetivos**

Pedro Coelho Neto

Eliel Soares de Paula

Suplentes

José Augusto de Carvalho

Maria Elzira da Costa

FENACON em

Ano VI - Edição 67

S E R V I Ç O S

Julho de 2001/ Circulação: Agosto de 2001

índice

■ espaço do leitor	04
■ palavra do presidente	05
. Nossa revista, nossa voz	
■ go around	06
. Cuidado com o vice ...	
■ gps eletrônica	07
. Tumulto anunciado	
. Empresas de contabilidade relatam à revista Fenacon em Serviços o drama vivido para efetuar o pagamento eletrônico da Guia da Previdência Social - GPS de clientes que não possuem conta bancária	
■ empresas de informação	09
. Informações cadastrais, enfim, na era digital	
. Finalmente, os serviços de informações cadastrais, como Serasa e SCL/Equifax, estão adotando o meio magnético como instrumento de alimentação das informações de seus bancos de dados. É o fim do cadastro preenchido à máquina de escrever	
■ tecnologia da informação	11
. Trabalhando em grupo, à distância, mas em tempo real	
■ eventos	12
. Calendário dos principais eventos do setor de serviços	
■ 9ª conesc & 1ª conesa	13
. Recife espera 1.500 empresários de serviços para convenções	
■ livros	14
. Lançamentos editoriais	
■ rápidas	15
■ arquivos de documentos	16
. Um olho no fisco, outro na jurisprudência	
. Quanto tempo deve-se arquivar documentos numa empresa, seja ela do setor de serviços, indústria ou comércio? Os advogados tributaristas Celso Botelho de Moraes e Walter Ceneviva esclarecem os motivos legais pelos quais as empresas deveriam tratar seus arquivos de modo bem mais atento	
. Quando o melhor é guardar fora	
. Para as empresas que não querem ocupar espaços com os documentos, mas desejam manter o próprio controle e gerenciamento de seus arquivos, existem opções de serviços de guarda.	
■ análise jurídica	21
. As definições legais do que é e como opera uma holding	
■ entrevista	22
. José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos - Presidente do Conselho Federal de Economia	
■ regionais	24
. Sescap em sintonia com empresas paranaenses	
. Pesquisa mostra que a maioria das empresas afiliadas ao Sescap (66%) não apenas aprovam, como classificam os serviços prestados pelo sindicato do Paraná como ótimo e bom.	

expedienteA revista **Fenacon em SERVIÇOS** é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.**Home Page:** <http://www.fenacon.org.br>**Tiragem:** 55 mil exemplares**Auditoria de Circulação:** Villas Rodil Auditores Independentes**Circulação:** nacional - empresas de setores de serviços ligadas ao Sistema Fenacon, instituições de ensino superior, órgãos governamentais, represen-

tantes dos poderes legislativos e assinantes em geral.

Jornalista Responsável: Diva de Moura Borges**Produção Editorial:** BST Comunicação Ltda

bstdiva.ops@terra.com.br

Reportagens e Redação: André Luiz de Andrade**Conselho Editorial**

Pedro Coelho Neto,

Antonio Marangon

Nivaldo Cleto

Mário Elmir Berti,

Gerson Lopes Fonteles,

Sérgio Approbato Machado,

José Antonio de Godoy

Redação ♦ Assinaturas ♦ Anúncios

Revista Fenacon em SERVIÇOS

Rua Augusta, 1939 - Cj 42 e 43

Cep 01413-000 - São Paulo - SP

revistafenacon@uol.com.brwww.fenacon.org.br**Telefones (11) 3063.0937****3082.2218****3088-5774**

Seguro profissional desaparece

Há dois anos, tomei conhecimento através da *Revista Fenacon*, de uma linha de seguros cuja principal cobertura é a de Responsabilidade Civil Profissional. Imediatamente entrei em contato com a seguradora e optei por fazer o seguro, único naquele momento com aquela cobertura, tão importante de proteção ao risco que nós, profissionais da contabilidade, corremos em nosso dia-a-dia profissional, onde nos responsabilizamos sobremaneira por tantos procedimentos necessários a atender a todas as fiscalizações existentes no Brasil. Foi com surpresa que, ao contactar a seguradora para fazer a segunda renovação do seguro, fiquei sabendo que esta cobertura não seria mais dada. Perplexo procurei outras seguradoras conhecidas, famosas e em nenhuma delas há a cobertura para Responsabilidade Civil Profissional. Mais uma vez senti-me desprotegido nesta selva de cálculos, procedimentos, e principalmente de desinformação quanto aos informes, relatórios, declarações, que aos montes temos que entregar a todas estas fiscalizações. Então pergunto: por que aquela seguradora não irá mais renovar aquele tipo de cobertura? Há alguma outra seguradora que faça cobertura deste tipo? Por favor, orientem-me.

Célio Belmiro Affeldt
Camaquã-RS
cscnt@duanalnet.com.br

Nota da redação: A *Revista Fenacon em Serviços* não foi oficialmente informada pelas instituições seguradoras que à época anunciaram o produto, sobre a extinção do seguro de responsabilidade profissional. Contudo, registramos aqui seu manifesto, esperando que o mercado segurador se pronuncie e, mesmo, perceba o nicho de consumidores que está deixando de atender.

Contabilidade & Informação Gerencial

Parabenizo a Revista Fenacon pela excelente matéria. Ela vem motivar aqueles contadores que ainda não se deram conta da importância deste fato: transformar contabilidade em informação gerencial. Nossa empresa está direcionada neste sentido e, com isso, conseguimos agregar valores aos nossos honorários sem ter que dispor de novos custos. Conseguimos incrementar nosso faturamento em 25% somente com novas orientações prestadas aos nossos “mesmos” clientes.

Nelson Luis Boing
Boing Contabilidade e Assessoria Empresarial
boing@boing.com.br
Joinville-SC

Fenacon em Serviços

A informação, a formação, a oportunidade de os cidadãos e as instituições lutarem pelo estabelecimento da democracia, da justiça e do fortalecimento da classe representativa tem uma base comum. Os meus cumprimentos a todos que integram os quadros dessa tão importante federação nacional, pelo excelente trabalho que vem realizando, principalmente através da publicação mensal Fenacon em Serviços. Testemunho que venho acompanhando a evolução da Fenacon e me satisfaço a cada edição com a gama de informação que recebo da revista, por meio de suas matérias bem elaboradas e redigidas.

Lélio Vieira Carneiro
Presidente do Seac-CO/TO e da Câmara de Comércio de Serviços Terceirizáveis - CNC

Contabilidade & Informação Gerencial II

Gostei muito do que li na edição da *RFS n° 66*. Desde o tempo que ainda estava por me formar em técnico em contabilidade, final dos anos 80, já comentava com colegas esta situação de transformação dos escritórios de contabilidade em consultorias. A necessidade dessa mudança foi devido à tecnologia aplicada em programas de gerenciamentos contábeis, passando, deste modo, o papel do empresário contábil a ser o de um simples conferidor de guias, bem como conhecedor de informática para colocar em prática os programas já elaborados em função da contabilidade. Mas o objetivo deste e-mail é: Como posso me adaptar a este novo rumo da contabilidade? Quais são os cursos oferecidos? Livros? Agradeço desde já sua atenção e aproveito, também, para parabenizar pela excelente revista.

Luciano Neves Arruda
São João Del Rei
luarruda@mgconecta.com.br

Nota da Redação: A RFS agradece a manifestação do leitor, mas deixa a pergunta para que os colegas empresários do setor se manifestem diretamente ao seu e-mail. Com certeza são inúmeros os caminhos, mas o principal deles, com certeza é a informação e atualização constante, inclusive por meio de eventos do setor. A RFS, como o leitor pode perceber, também tem procurado sempre contribuir com informações que agreguem valor ao trabalho da empresa contábil.

Sem galinhas, sem ovos

Ficaria mais simples, mais democrático e menos radical se o pagamento da GPS fosse opcional. Os que quisessem e tivessem condições, pagaria eletronicamente; os demais, via banco. Em outra hipótese, esclarecer com antecedência através da TV. Mas até isto coube ao contabilista, que temos também que ouvir o que não nos cabe. Lamentavelmente, perderam (Previdência) oportunidade de demonstrar respeito ao contribuinte. Parafrazeando o sr. Pedro Coelho Neto, vamos todos se mais Brasil, preservando a galinha para termos os ovos. Da forma como está, resta saber quanto tempo a “galinha” vai resistir.

Salete Zanette
Escritório Contábil Zanette
São Miguel do Iguazu-PR

Pequenas exigências que sacrificam empresas I

Parabéns ao presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto (*Palavra do Presidente - RFS-66*), pela forma como externou estas “pequenas exigências”. Quando se falou em fazer o CNPJ pela internet fiquei feliz. Quando vi como seria feito fiquei preocupado. Da forma como foi feito, é simplesmente tirar do órgão público o ônus das filas, da espera, transferindo-o ao contador. As pessoas são tratadas como números. Você não tem interlocutor. Se quiserem fazer o Brasil crescer, não será com atitudes como as da obtenção do CNPJ ou da obrigação do pagamento do INSS via internet que o conseguirão.

Rolf Hartmann
Dúnamis Contabilidade e Auditoria S/C Ltda

Pequenas exigências II

Nós, funcionários contábeis, parabenizamos o sr. Presidente da Fenacon pelo ótimo esclarecimento referente ao artigo “*Pequenas exigências que sacrifi-*

cam empresas”, pois foi exatamente em ótimas palavras e dizeres que tentamos essa reivindicação em nosso município. Parabéns e continue a ser brilhante!

Fábio Luís Semensato
Porto Ferreira - SP
Arge Contabilidade
arge@siteplanet.com.br

Pequenas exigências III

Parabenizo Pedro Coelho Neto, presidente da Fenacon, pelo excelente artigo na revista RFS-66 (*Palavra do Presidente*). Os contribuintes brasileiros e nós, seus representantes junto ao fisco, ficamos tendo a impressão de que a realidade no Brasil divide-se em duas partes: a primeira, dos tecnocratas inovadores em gabinetes envidraçados com ar condicionado, e nós, simples mortais, digestores destas normas e portarias incabíveis neste terceiro mundo, semi-analfabeto.

Romério Donágio Righetti
Alvorada Contabilidade
Ribeirão Preto - SP
alvoradaservis@netsite.com.br

Pequenas exigências IV

Nos Estados Unidos, não se mudam regras sem o aval dos Contabilistas. Aqui no Brasil, enquanto estou escrevendo esta mensagem, tem alguém no governo alterando alguma coisa; dorme-se com uma lei e acordada-se com outra. Chamo isso de autoritarismo puro. Seria ótimo que nossas entidades representativas questionassem mais o governo, sem medo de dar a cara para bater. Não temos nenhum incentivo, pelo contrário, só burocracia. Parabéns pela “Palavra do Presidente” na Edição 66.

Álvaro de Almeida Gurgueira
agurgueira@uol.com.br

O desafio de Administrar

Segundo Rui Andrade (presidente do Conselho Federal de Administração), em entrevista à *RFS edição 66*, as faculdades estão buscando melhorar a qualidade de ensino qualificando seus professores através de especializações (pós-graduações). Isto está correto; porém, devemos pensar no perfil didático dos professores. Penso que, desde o início da década de 80, quando começaram a surgir universidades particulares por todo o Brasil, estas preocuparam-se em ter em seus quadros, professores habilitados tecnicamente, deixando a característica didática em segundo plano, como se fosse algo apenas desejável. Ora, o que é um mestre senão alguém capacitado não apenas em repassar conhecimento, mas em despertar líderes, empreendedores, ou seja, talentos incipientes de acadêmicos ingressos nas faculdades. Ouso dizer que um professor tem como função mínima fazer dos seus discípulos pessoas melhores que eles próprios. São ou não agentes de mudança e, conseqüentemente, da evolução? O que vemos, na prática, são professores pós-graduados, mestrados, doutorandos, mas também profissionais mal pagos e que encaram a docência como complementação de renda. Está na hora de as faculdades ouvirem mais seus alunos, pois são eles que mantêm a faculdade. Muitas fazem avaliação dos professores por parte dos alunos, mas raramente tomam alguma providência.

Ronald José Gomes - Acadêmico de Administração
Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul
Tubarão - SC
rgomes@angeloni.com.br

E-mails para esta seção: revistafenacon@uol.com.br As mensagens somente serão publicadas com devida identificação do leitor: Nome, Endereço Completo e Telefone. Por motivos de espaço, a redação se reserva o direito de publicar de modo resumido o conteúdo das cartas e-mails dos leitores.

Nossa revista, nossa voz ...

Pedro Coelho Neto



Foto: AlexSalim

*Estamos investindo pesado na qualidade da nossa revista **Fenacon em Serviços**. Entendemos ser este o nosso principal e mais consistente meio de comunicação com as mais de 52 mil empresas representadas pelo Sistema Fenacon em nível nacional e agrupadas em 32 sindicatos afiliados, espalhados pelo Brasil.*

Recentemente, melhoramos a gramatura do papel; passamos a utilizar um invólucro plástico para a remessa garantindo maior segurança e integridade da revista no trajeto até o endereço do leitor; contratamos uma empresa especializada em auditar a circulação, ou seja, atestar a quantidade de revistas que produzimos e distribuímos; passamos a utilizar código de barras nas etiquetas de destinatário (sistema Postnet) para facilitar e agilizar a distribuição; estamos promovendo uma auditoria no nosso cadastro com uma empresa especializada em bancos de dados e, por fim, pretendemos aumentar para 36 o número de páginas da revista com o objetivo de dar vazão a tanta informação importante que nos chega e, por absoluta falta de espaço, temos que abandonar.

Todas essas providências têm a finalidade de tornar a revista cada vez mais atrativa para você, leitor, e para os nossos anunciantes que querem fazer chegar, com qualidade, abrangência e credibilidade, a informação sobre seus produtos para seu público consumidor. E o retorno desse trabalho tem sido excelente. Tanto por parte do grupo de leitores, que tem se manifestado através de inúmeras e eufóricas cartas e e-mails comentando as principais reportagens da revista, como do público anunciante, satisfei-

to com o retorno proporcionado pelo investimento. Algumas pesquisas também consolidam nossa avaliação interna: somos uma mídia séria.

Decidimos, em recente reunião da diretoria da Fenacon, que todas as empresas associadas aos nossos sindicatos afiliados receberão gratuitamente a nossa revista, bastando para isso que estejam regulares com as suas obrigações de associadas. É uma forma de prestarmos mais um serviço a essas empresas que, na condição de associadas, contribuem mensalmente para que o Sistema Fenacon cresça cada vez mais, em benefício das empresas de prestação de serviços que compõem os segmentos que orgulhosamente representamos.

Apesar das dificuldades ocasionadas pelos constantes aumentos de custos que nos são impostos, principalmente pelo Governo, através das majorações, muitas delas injustificáveis dos preços dos serviços públicos (saliente-se aqui as tarifas postais), continuamos a nossa campanha de assinaturas, recentemente lançada, que garante o recebimento da revista por 12 (doze) meses a um preço, diríamos, simbólico de R\$ 20,00 (vinte reais).

A aceitação tem sido considerada muito boa e espera-se um incremento significativo com algumas medidas que serão adotadas com esse intuito.

Para se ter uma idéia, a postagem da revista até o mês de junho custava R\$ 0,42 e a partir do mês de julho, sem prévio avi-

A revista se transformou, assim como o nosso Núcleo de Internet da Fenacon (que envia diariamente, através de e-mail, informações técnicas para mais de 6.500 internautas empresários), numa tribuna em defesa dos direitos das empresas de serviços

so, passou a custar R\$ 1,04, ou seja, 148% a mais. Para quem entende um pouco de formação de custos, um reajuste desse porte é algo injustificável, ainda mais numa economia que se diz estável. Desse jeito, convenhamos, não há orçamento que resista.

Entretanto, o importante é que o nosso veículo de comunicação está alcançando os seus objetivos. A revista está se transformando, assim como nosso Núcleo de Internet da Fenacon (que envia diariamente, através de e-mail, informações técnicas para mais de 6.500 internautas empresários), numa tribuna em defesa dos direitos das empresas de serviços. Sem dúvida, o segmento econômico que mais cresce e dá empregos na atualidade.

Pedro Coelho Neto é presidente da Fenacon
E-mail: pedrocoelho@fenacon.org.br



por Haroldo Santos Filho

Cuidado com o vice ...



Nunca entrou na minha cabeça o capricho da legislação eleitoral atual que acaba fazendo com que os vices sejam, via de regra, figuras políticas ainda sem expressão e de pouca representatividade.

Como dois bons exemplos disso e sem querer entrar nos méritos de suas gestões, podemos citar Sarney, que veio a reboque de Tancredo, e Itamar, na sombra do “caçador de marajás”.

Embora em desacordo com os princípios partidários conhecidos, pela lógica, o vice deveria ser o candidato que teve a segunda maior votação. Afinal, quando precisasse as-

sumir, teria a aprovação de grande parte dos eleitores. Para alegria e tristeza de muitos, dentro desta hipotética sistemática, Lula teria sido o vice de “carteirinha” do governo brasileiro.

Muitos políticos discordam totalmente deste critério. Alegam que o vice é escolhido a partir de alianças políticas e, por conseguinte, terá os mesmos posicionamentos políticos do titular do cargo, não atrapalhando, assim, a gestão. A quem eles querem enganar?

É claro que não é isso que acontece. O que se tem visto, de forma cada vez mais freqüente, é a criação de poderes paralelos em torno do vice, contrapondo os posicionamentos daqueles que deveriam ser substituídos em casos de impedimentos.

A história política do Brasil reúne inúmeras situações em que desprezíveis viagens de presidentes acarretaram sérias crises nos governos por ações impensadas e intempestivas dos seus respectivos vices. Foram demissões em ministérios, assinaturas de acordos e leis, aparições repentinas na mídia, enfim, toda sorte de atitudes contrárias à linha política implementada pelo poder principal.

Talvez, um estudo sobre o perfil psicológico dos vices, os livrasse desta aparente vilania. São políticos como outros quaisquer. Precisam do reconhecimento público, de destaque na mídia e do sentimento de utilidade dentro do processo. No entanto, estão limitados a opinar e decidir somente na ausência do titular do cargo e, ainda assim, com muitas restrições.

Mas, de todos, o pior é o vice que, ao menor sinal de fraqueza de seu governo, abandona o barco e sucumbe ao caminho sedutor da oposição, como alternativa única de algum destaque, que tanto lhe fazia falta.

Com seu futuro político certamente ameaçado pelo estigma de “traidor” ele ainda poderia se defender: “Como traidor?! Eu nunca fui questionado nem ouvido para nada. Na verdade, nunca fiz parte mesmo deste governo!”. Quem sabe se ele repetir esta desculpa uma centena de vezes, acabe acreditando nela?

A questão do vice é, sem dúvida, uma questão mal resolvida em nossa legislação. Formas alternativas deveriam ser desenvolvidas para evitar duas situações: por um lado o risco permanente do titular, nos casos dos vices serem políticos sem ética e, por outro, a figura simbólica e constrangedora do parlamentar sem poder, na maior parte do tempo. Mas, enquanto tivermos de conviver com a presente realidade, todo cuidado é pouco.

Sindicatão

Da Bahia de todos os santos, muito se pode aprender. Convidado a ministrar uma palestra sobre sindicalismo, fui a Barreiras (BA). Lá, tive a oportunidade de vivenciar uma das maiores experiências em toda a minha vida sindical. Participei da reunião do chamado “Sindicatão”. Mais de 20 entidades contábeis de todo o território baiano, incluindo CRC-BA e Sescon-BA, numa espécie de assembléia onde todos tinham voz e vez. Uma rara demonstração de democracia e inteligência política na condução dos destinos da classe contábil. E, como o processo democrático é uma arte, quando alguém se excedia no discurso ou se exaltava, ouvia-se a voz sensata do coordenador dizendo: “Companheiro, não embebede a reunião...”. Um verdadeiro exemplo a ser seguido nas demais regiões do país, onde ainda há luta gratuita pelo poder, enfraquecendo o segmento.

Último vôo

Lamentável e irreparável a perda do Comandante Rolim Amaro para o meio empresarial brasileiro. Ele foi um exemplo de empreendedor que acreditou na idéia de que os aeroportos dos centros urbanos seriam mais requisitados por quem tem pouco tempo. Apostou certo. A TAM ocupa hoje o primeiro lugar em vôos domésticos. Só me surpreendi com a desatenção da empresa em não mencionar nada sobre o falecimento do seu presidente em seu site. Nem uma homenagem sequer. Duas semanas após o ocorrido e ainda se podia ver o chavão “Fale com o Presidente”, com a foto do Rolim. Será que eles vão esquecer daquilo que lhes deu o primeiro lugar do mercado, ou seja, dos detalhes?!...

Haroldo Santos Filho é diretor de Relações Institucionais da Fenacon
haroldo@fenacon.org.br

Tumulto anunciado

Empresas de contabilidade relatam à revista *Fenacon em Serviços* o drama vivido para efetuar o pagamento eletrônico da Guia da Previdência Social - GPS de clientes que não possuem conta bancária

A Fenacon bem que alertou para os inúmeros problemas que poderiam surgir com a imposição da GPS eletrônica, em 1º de julho. A Confederação Nacional do Comércio ratificou. Mas a sensibilidade do Ministério da Previdência e Assistência Social só permitiu que a obrigatoriedade do recolhimento eletrônico fosse adiada para 1º de dezembro. Para o presidente da federação, Pedro Coelho Neto, a medida é apenas paliativa, pois a dificuldade não está no pouco tempo para a adequação. Vai muito mais longe (veja box).

“O problema vai perdurar. Pois a realidade do nosso país não muda até novembro”, acrescenta o presidente do Sescon/Goias, Antonino Ferreira Neves. Em sua empresa, a Anális Assessoria Procontábil, de Goiânia, em torno de 80% dos clientes tiveram dificuldades com o início do pagamento da GPS por meio eletrônico. Uma parte dessas empresas não estava informatizada ou não tinha acesso à Internet. A outra não possuía conta em banco. Quando muito, as movimentações financeiras são feitas através das contas pessoais dos donos. Para resolver provisoriamente a situação, Neves aconselhou seus clientes a pagarem a GPS antes do dia 1º de julho.

“Foi um tumulto enorme”, disse, lembrando que na maioria das microempresas,



Arquivo Fenacon

Antonino Ferreira Neves, da Anális Assessoria Procontábil, de Goiânia-GO:
“A solução será os bancos se prepararem para melhor orientar as empresas sobre o pagamento da GPS nos caixas automáticos

a única tecnologia existente é o equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, automatização fiscal obrigatória. A solução, segundo Neves, será os bancos se prepararem para melhor orientar as empresas sobre o pagamento da GPS nos caixas automáticos.

Usando conta de terceiros

“A grande maioria dessas microempresas não tem condições de investir R\$ 3 mil em equipamentos de informática”, disse Neves, que se recusou a atender o conselho da Previdência para que as empresas utilizassem contas de terceiros para o pagamento das guias. Mas essa foi a medida adotada na empresa A Programação Auditoria Contábil, de Apucarana, Paraná, da qual 60% dos clientes tiveram dificuldades no pagamento eletrônico da GPS. Muitos desses empresários não tinham nem conta, nem acesso a Internet, ou mesmo computadores. Assim, a empresa contábil disponibilizou sua conta corrente para os débitos da GPS via Internet.

Os valores depositados na conta da A Programação foram acrescidos da CPMF. O problema é que houve clientes que se recusaram a pagar o valor a mais. Segundo a sócia-diretora, Maria Célia Moroti, o prejuízo com a CPMF deve chegar a R\$ 40.

Na lista de prejuízos do contador incluiu-se também a hora/uso excedente de computadores e o tempo perdido com o acesso à Internet. “É um serviço a mais que a empresa contábil presta, mas não terá retorno”. Afinal, problemas que até bem pouco tempo perturbavam os internautas das principais capitais, como queda freqüente de conexão e

navegação lenta, resolvidas com a internet em banda larga, nas pequenas cidades ainda são rotina.



Divulgação

Alicindo Moroti, da “A Programação Auditoria Contábil”, de Apucarana-PR, preocupado com a movimentação extra na conta da empresa

“Além de termos de elaborar a guia, temos agora que acessar, transmitir os dados, realizar a transferência ...”, desabafa Maria Célia, lembrando ainda que alguns clientes depositaram o valor da guia na conta da A Programação com cheques de terceiros, mas às vésperas do vencimento. Com o prazo de compensação, a Guia foi quitada com atraso. “E agora? Como vou resolver essas multas?”, indaga o diretor Alicindo Moroti, preocupado também com a movimentação extra na conta da empresa. “Como vou provar que esse dinheiro não era meu?”, questiona a empresária, referindo-se a uma possível fiscalização por parte da Secretaria da Receita Federal.

Uma parte dos clientes confiou a própria conta e senha à A Programação para que a empresa contábil realizasse o débito em conta. “É um risco enorme. Muitas microempresas possuem apenas um funcionário e faturamento de menos de R\$ 5 mil. “Não vão instalar computador só para isso. Quem teve que assumir toda a responsabilidade foram as empresas contábeis”, afirmou.

Alternativa em Sergipe

Em Sergipe, os bancos deram uma pequena ajuda. Como seriam proibidos o pagamento e a autenticação da guia em papel na boca do caixa, a saída foi fornecer um “formulário de autorização de débito”, que passou a valer como uma espécie de guia e comprovação do pagamento. Preenchido, a

Governo x Fenacon Argumentos e explicações

O presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, apresentou, em junho, ofício ao presidente do INSS, Francisco Fernando Fontana, pedindo, além da prorrogação para as empresas com GPS's superiores a R\$ 1.000, que o pagamento da GPS em papel continuasse a ser permitido diretamente nos caixas dos bancos e em casas lotéricas, em valores de até R\$ 1.000. A CNC, por solicitação da Fenacon, elaborou ainda parecer jurídico, avaliando que houve abuso de poder, por desvio de finalidade, baseado no princípio da legalidade, segundo o qual ninguém "será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei" (artigo 5, inciso XIX, da CF).

Para a Previdência, todos esses problemas advindos da GPS eletrônica, na verdade, se resumiram à resistência dos contribu-

intes e o tempo exíguo para que as instituições financeiras desenvolvessem softwares específicos para o controle do recolhimento. Bastando, para resolver o problema, uma prorrogação.

A grande repercussão na mídia foi um reflexo de que a preocupação da Fenacon era baseada na realidade de milhares de micros e pequenas empresas do país. Tanto as reivindicações, antes da implantação, quanto a avaliação dos resultados, feitas pela Fenacon, foram notícia em veículos de abrangência nacional como Folha de São Paulo (26/07); Valor Econômico (04/07 e 17/07); Gazeta Mercantil (13/07, 25/07 e 01/08); e também Diário do Comércio (20/07); Diário Popular (29/07); e Folha Metropolitana, de Guarulhos, na Grande São Paulo (01/07).

Na opinião do presidente do Sescon/Sergipe, Wladimir Alves Torres, "os bancos querem transferir suas responsabilidades"



empresa ia até o caixa e, através do documento, autorizava o débito do valor correspondente a guia.

Mas isso não elimina os entraves. Na opinião do presidente do Sescon/Sergipe, Wladimir Alves Torres, "os bancos querem transferir suas responsabilidades". Em sua empresa, a TCA Contabilidade, de Sergipe, 25% dos clientes não têm acesso à Internet. Outra dificuldade encontrada pelas empresas contábeis foi a falta de orientação por parte dos bancos. Com exceção dos bancos estatais, as demais instituições financeiras mostraram-se despreparadas para esclarecer ao público cliente a novidade.

MasterMaq

Informações cadastrais, enfim, na era digital

Foto: Alex Salim



Finalmente os serviços de informações cadastrais, oferecidos tradicionalmente pelo Serasa e, mais recentemente por empresas como SCI/Equifax, estão adotando o meio magnético como instrumento de alimentação das informações utilizadas pelo mercado financeiro para concessão de crédito. É o fim do cadastro preenchido à máquina de escrever

A iniciativa da Serasa foi discreta e local. O seu escritório de Blumenau disponibilizou em julho, ao Sescon/Blumenau, um disquete com o Formulário de Informações para Cadastro - Ficad desenvolvido em planilha eletrônica Excel. A novidade apresentada foi a possibilidade de o cadastrante preencher digitalmente seus dados, gerando um arquivo que pode ser guardado no hard disk de seu computador e alterado quando necessário. Até então, o Ficad podia ser preenchido apenas em formulário de papel ou através do site (www.serasa.com.br). Neste último caso, um preenchimento lento e sujeito às oscilações de conexão da internet e à instabilidade de tráfego no site.

As outras duas formas de alimentação do banco de dados continuam existindo e, do mesmo modo que a mais recente, depende de impressão, assinatura do cadastrado e envio à sede do Serasa. Segundo o agente de negócios da Serasa Blumenau, Ricardo Albuquerque, o envio do arquivo em Excell só não pode ser ainda via Internet, devido à necessidade da assinatura do cadastrante e, ainda, dos anexos exigidos, como demonstrações contábeis, balancete, contrato social, que continuam sendo enviados pelo correio ou fax.

Antiga reivindicação do Sescon/Blumenau, com o respaldo da Fenacon, o cadastro em meio magnético veio facilitar a vida das empresas contábeis que, muitas vezes prestam o serviço de preenchimento desses formulários para várias empresas clientes. A empresa poderá agora manter o Ficad instalado no computador. Caso alguma informação ou atualização seja solicitada, basta alterar, imprimir, assinar e reenviar à Serasa.

O programa com o modelo padrão do Ficad já foi enviado pelo Sescon/Blumenau, por anexo de e-mail, aos Sescons filiados à Fenacon. Quem quiser também pode solicitar o Ficad eletrônico através do e-mail serasabmu@terra.com.br. “Antes, tínhamos que preencher manualmente, conferir, datilografar ... Era a única coisa para a qual eu ainda precisava utilizar a máquina de escrever em minha empresa”, destacou o presidente do Sescon/Blumenau, Carlos Roberto Victorino.

Agilidade na SCI/Equifax

Na SCI/Equifax, outra grande empresa do setor de informações comerciais no País, o estágio é mais avançado. Os arquivos em Excel com o modelo de Fichas de Atualização de Cadastro, podem ser recebidos e

enviados em arquivos anexados, através de e-mail (cadastro@equifax.com.br). Não há necessidade de assinatura, pois as informações são checadas posteriormente. As fichas podem ainda ser enviadas por fax ou preenchidas em modelo existente no site da SCI/Equifax (www.equifax.com.br).

Se preferir, a empresa envia a ficha preenchida apenas com o campo que sofreu alteração, por e-mail, fax ou informa a mudança pelo telefone. Os documentos são enviados por fax ou digitalizados e transmitidos pela Internet. A SCI/Equifax também remete às empresas formulários de papel, através dos correios. O relatório de informações da SCI/Equifax pode ser consultado de qualquer parte do Brasil, via Internet, fax ou telefone.

Cadastros: uma necessidade, não obrigatoriedade

Cadastros como os da Serasa e da SCI/Equifax possibilitam a análise do comportamento comercial de milhares de empresas no país e no exterior. A sua alimentação depende da concordância da própria empresa ou pessoa física. Mas, no fim, torna-se uma via de mão dupla. Empresas de informação necessitam da colaboração dos cadastrados para “venderem seus serviços”

e os cadastrados dependem desses cadastros para garantirem crédito e viabilização de seus negócios no mercado.

Apesar da necessidade dessa “colaboração e concordância” do cadastrado, os bancos de dados tem ações próprias de pesquisa, ou seja, não dependem exclusivamente das informações preenchidas na ficha pelo cadastrante. Também se alimentam de outros modos. Boa parte das informações é obtida no mercado comercial, através das próprias empresas filiadas ou de pesquisas e consultas nas Juntas Comerciais dos Estados, fóruns, cartórios, bancos. Segundo a gerente nacional de Cadastro Nacional e Internacional da SCI/Equifax, Jane Martins, o trabalho ‘off line’ de pesquisa para obtenção dos dados é quase “artesanal”. Muitas informações também são obtidas em entrevistas pessoais ou por telefone.

Eles obtêm informações de protestos, falências, concordatas, cheques sem fundo, pontualidade nos pagamentos etc., que montam um perfil econômico-financeiro das empresas pesquisadas, avaliando, entre outras coisas, situações de pré-

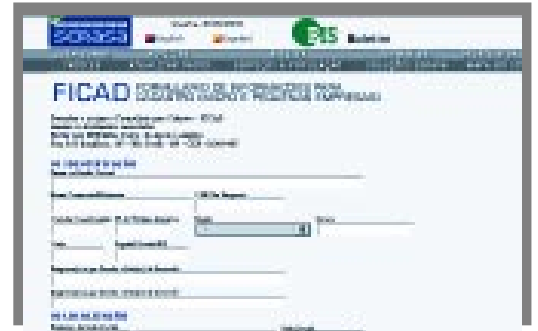
concordata ou falimentar ou, até mesmo, possibilidade de golpes ou fraudes. Visam principalmente dar suporte a operações de crédito no mercado. Também auxiliam, por exemplo, negócios de exportação e importação.

Dois gigantes da informação

A Serasa, criada em 1968 pelos Bancos, conta com cerca de 1.800 profissionais e está presente em todas as capitais e principais cidades do Brasil, com um total de 140 pontos.

Presta informações para bancos, entidades de classe e empresas de todos os portes e ramos. O banco de dados sobre pessoas, empresas e grupos econômicos, ajuda a dar respaldo a decisões de crédito e de negócios, on-line/real-time, em mais de 2,5 milhões de consultas/dia, feitas por mais de 300 mil clientes diretos ou indiretos. A matriz localiza-se em São Paulo.

Apesar de possuir menos tempo de atuação no mercado brasileiro, a história da SCI/Equifax remonta experiência interna-



Cadastro eletrônico do Serasa, disponível em arquivo Excell

cional e mais antiga que o Serasa. Em agosto de 98, o grupo norte-americano Equifax, com 102 anos, adquiriu 80% das ações da empresa SCI, criada em 1974 no Brasil, passando, assim ao controle do negócio. Com mais de 25 mil filiados, desde pequenas empresas a multinacionais, incluindo um total de 50 bancos, a SCI atende mensalmente, em média, 1,5 milhão de consultas. Por mês, também são registradas cerca de 15,3 milhões de informações sobre pessoas físicas e jurídicas de todo país. A sede fica em São Paulo, com 40 filiais no país.

Exactus



Trabalhando em grupo, à distância, mas em tempo real

por Nivaldo Cleto*

Os comunicadores instantâneos utilizados na internet (do tipo ICQ) tem deixado o plano da brincadeira e do uso doméstico, para o campo das empresas. Essas ferramentas, ou melhor, esses softwares de comunicação através dos quais é possível travar diálogos com várias pessoas ao mesmo tempo em diferentes lugares do mundo, têm se mostrado um eficiente meio de comunicação entre equipes de trabalho. Principalmente porque passamos a maior parte do tempo em frente de um computador e cada dia mais irritados com reuniões pessoais, além de uso e gastos desnecessários com telefone.

Em minha empresa, após testar diversos comunicadores instantâneos existentes gratuitamente na internet, como o ICQ, o ComVC e o AOL Instant Messenger, escolhemos o aplicativo MSN Messenger, da Microsoft. É com este último que tentarei esboçar aqui a importância da utilização deste tipo de comunicador nos negócios.

Tudo começou quando, durante as reuniões internas na minha empresa, eu proibia minha assistente de me interromper. Algumas vezes, porém, era impossível deixar de atender a um cliente ou mesmo esclarecer algum assunto que apenas com um sim ou não poderia mudar o rumo dos negócios. Foi dessa forma que resolvemos instalar este aplicativo nas máquinas das pessoas que estão diretamente envolvidas no processo produtivo.

O MSN Messenger possibilita que as pessoas escolhidas ou autorizadas façam contato imediato através de uma janela de bate-papo que abre nos dois PCs, evitando aquela campainha irritante do celular no meio das reuniões ou mesmo aquela interrupção abrupta no momento mais importante da reunião.

É muito prático e ágil pois uma pequena frase resolve o problema, não necessitando perder tempo com o contato telefônico.

Para fazer download dos programas de comunicação instantânea

MSN Messenger

<http://messenger.msn.com.br/download/download.asp>

ICQ

<http://www.icq.com/download>

Com VC

<http://comvc.uol.com.br:8080/cadastro.htm>

AOL Instant Messenger

<http://www.americaonline.com.br/aim/download.adp>

Nós temos que escolher a dedo as pessoas autorizadas a participar do grupo senão podemos acabar com o nosso sossego. Vocês podem enviar convites para as contas de e-mail selecionadas.

Hoje estão no meu grupo minha assistente, meu sócio, o encarregado do sistema da Clássico, minha esposa, o Webmaster da Fenacon, o presidente Pedro Coelho, os três clientes de maior importância, o produtor do Press Clipping Fenacon e diretores da Fenacon que estão mais ligados aos meus trabalhos.

Tenho utilizado o Messenger em diversas ocasiões e um dos grandes pontos positivos é que as conversas têm sido rápidas e objetivas.

Fazendo ligações interurbanas

O MSN Messenger possibilita fazer ligação telefônica para qualquer parte dos Estados Unidos a um custo de US\$ 0,02 o minuto. Você telefona do seu computador para um aparelho telefônico comum.

Para viabilizar esta operação o usuário deverá comprar créditos pela internet da empresa NET2Phone. Ao depositar fundos em uma conta Net2Phone (valor mínimo do crédito de US \$25,00). Sem contar que as ligações feitas nos Estados

Unidos para qualquer outra parte deste país são grátis).

Não esperem ter a qualidade de uma ligação normal, via aparelho telefônico. Mas vale a pena tentar. Por isso, ainda não recomendo o uso deste telefone alternativo no meio corporativo.

Usando o microfone do computador

Os programas de comunicação instantânea também permitem “conversar” de verdade e não apenas “teclar”. Para tanto, é necessário adaptar microfones em seu computador. É necessário também ter uma placa de som e alto-falantes. Isto possibilita comunicação através da internet a um custo zero. Vale lembrar que esse aparato de som, quase sempre acompanha o equipamento que você comprou, mas por não saber usar, microfones e caixas de som ficam guardados. É o chamado kit multimídia.

A esse kit pode ser ainda agregada uma câmera de vídeo, ou uma “webcam”, como é conhecida a versão do produto compatível com os computadores. Aí sim, a comunicação é completa: som, imagem e, se quiser, palavras tecladas.

*Nivaldo Cleto é empresário contábil e diretor de Tecnologia da Fenacon
E-mail: ncleto@uol.com.br

17ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo

Mais de 3.500 pessoas, participando, durante três dias, de um total de 10 palestras e painéis. Assim promete ser a 17ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, que acontece de 26 a 28 de setembro, no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo. O tema principal é 'Contabilidade.com...ética e prestação de contas'. Entre os assuntos apresentados, estão: 'Ética e prestação de contas', 'Mercados Eletrônicos', 'Mercado de Capitais', e 'Normas Internacionais da Contabilidade'.

Paralela à 17ª Convenção estará acontecendo uma exposição de produtos e serviços, com negócios e oportunidades para contabilistas e empresas de contabilidade. A coordenação geral é do CRC-SP. O apoio, do CFC. O Sescon/SP é uma das entidades organizadoras. Inscrições e informações pelo tel.: (11) 3824-5358, fax: (11) 3826-8752, site: www.convexpo-crcsp.com.br ou e-mail: consel17@uol.com.br.

13ª Convenção dos Contabilistas do PR

"O Contabilista e a responsabilidade social" é o tema da 13ª Convenção Estadual dos Contabilistas do Paraná. O evento acontecerá de 12 a 14 de setembro, em Foz do Iguaçu. Entre os destaques, está a palestra do pré-candidato à Presidência da República, Ciro Gomes. Ele falará sobre 'A conjuntura político-econômica brasileira'. Durante a convenção, no dia 13, acontece também o 5º Encontro Paranaense de Professores de Contabilidade. A promoção é do CRC/PR. Entre as entidades realizadoras está o Sescap/PR. Informações: (45) 3025-2277/ (41) 232-7911 e (45) 523-6162

Seminário sobre o Simples em BH

O Seminário "A empresa de serviços e o Simples", em Belo Horizonte acontecerá no dia 17 de setembro. A nova data foi divulgada em 25 de julho pelo diretor da Fenacon, Sauro Henrique de Almeida. A prorrogação deve-se a ajuste de agenda do deputado estadual Eduardo Brandão, presidente da Comissão de Administração Pública da Assembléia de MG, local do evento.

Anote em sua agenda

Agosto	16 a 18	Blumenau-SC	XXII Contesc - Convenção dos Contabilistas de SC	www.bsfeventos.com.br (47) 322-5900
Agosto	21 e 22	Brasília - DF	III Seminário Nacional da Micro e Pequena Empresa	Conempec - (81) 3231-2560 e 3222-2365
Agosto	22 a 24	Gramado - RS	VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul	Informações: (51) 3228-7999/ www.crcrs.org.br
Agosto	29	São Paulo - SP	Seminário Auditoria de Fraudes	Audibra - (11) 5523-1919
Setembro	10 a 14	Recife-PE	XIV Congresso Brasileiro de Economia	www.cofecon.org.br
Setembro	12 a 14	Feira de Santana - BA	IV Encontro de Contabilistas, Entidades e Empresas de Serviços Contábeis da Bahia	www.gd.com.br/sincont - (75) 623-9443 (Sincont)
Setembro	17	Belo Horizonte - MG	Seminário A Empresa de Serviços e o Simples	www.fenacon.org.br - (11) 3063.0937
Setembro	19 a 22	Belo Horizonte - MG	VIII Congresso Pan-Americano de Administração - Copanad	(31) 3274-6387 ou 3274-0677
Setembro	26 a 28	São Paulo - SP	XVII Convenção dos Contabilistas de S.Paulo	www.convexpo-crcsp.com.br - (11) 3824-5358
Outubro	03 a 05	Salvador - BA	Seminário Interamericano de Contabilidade	www.crcba.org.br
Outubro	03 a 05	Belo Horizonte - MG	III Convenção de Contabilidade de Minas Gerais	eventos@crcmg.org.br
Outubro	25 a 27	Goiânia - GO	VI Conad - Congresso Nac. de Administração	www.confea.org.br
Novembro	05 e 06	Curitiba - PR	I Seminário Paranaense de Perícia	(41) 222-8183
Novembro	25 a 27	Recife - PE	9ª Conesc/ 1ª Conesa	www.fenacon.org.br - (81) 3327-6515

Copan

Recife espera 1.500 empresários de serviços para convenções

As inscrições já estão abertas para as Convenções bienais da Fenacon - Conesc e Conesa - destinadas a empresários do setor de serviços

A Comissão organizadora da 9ª Conesc/1ª Conesa confirmou o último palestrante, compondo assim a programação definitiva dos dois eventos, que contarão ainda com outros seis nomes. Será o empresário Fábio Silva, diretor presidente da empresa Porto Digital, graduado em Ciência da Computação pela Universidade de Campinas e PhD em Ciência da Computação pela University of Endinburg, Escócia. O tema da Palestra será “*O Papel das empresas de serviços nos ecossistemas de inovação e negócio*”.

A Porto Digital integra projeto de revitalização do centro histórico do Recife, que inclui o desenvolvimento de um núcleo de pesquisas tecnológicas de ponta na área de informática. Recife é considerado hoje o segundo maior pólo de tecnologia da informação do País. Na palestra, Silva falará sobre a necessidade de qualificação das prestadoras de serviços, em um ecossistema com diversidade de instituições e empresas, capazes de cooperar, competir e evoluir em torno de plataformas tecnológicas e de mercado de abrangência mundial.

Estão também confirmados como palestrantes da Conesc, Roberto Shinyashiki, médico psiquiatra e consultor organizacional, com a palestra “*Alta performance*”; Otávio de Barros, diretor de Pesquisa e Estudos Econômicos do Banco Bilbao Viscaya, que falará sobre “*Momento de decisão: cenário econômico e político brasileiro até o final de 2002*”; e Mário Gurjão, empreendedor social, que abordará o tema “*Empreendedores sociais – profissionais que trabalham para transformar a realidade social*”.

Os outros três palestrantes serão Paulo Veras, administrador de empresas e poeta popular (*Burocracia e exclusão social x qualidade de vida*); Wilson Marques, sócio da Price Waterhouse Coopers Auditores

Programação Oficial

25 a 27 de Novembro de 2001

Centro de Convenções de Recife-PE

25.11.2001 - Domingo

Abertura Oficial - Show Folclórico e Coquetel

26.11.2001 - Segunda-Feira

08h30 às 10h30

Palestra - ‘O Papel das empresas de serviços nos ecossistemas de inovação e negócio’

Palestrante - Fábio Silva

10h30 às 11hs

Intervalo

11hs às 12hs

Painel - ‘Reforma Tributária como fator de Desenvolvimento Social’

Coordenador - José Maria Eymael

14hs às 16hs

Palestra - ‘Empreendedores sociais – profissionais que trabalham para transformar a realidade social’

Palestrante - Mário Gurjão

Palestra - ‘Burocracia e exclusão social x qualidade de vida’

Palestrante - Paulo Veras

16hs às 16h30

Intervalo



16h30 às 18h30

Palestra - ‘Momento de decisão: cenário econômico e político brasileiro até o final de 2002’

Palestrante - Otávio de Barros

20h30

Jantar de Confraternização

27.11.2001 - Terça-Feira

08h30 às 10h30

Palestra: ‘Percepção e mudança’

Palestrante: Raimundo Martins

10h30 às 11hs

Intervalo

11hs às 12hs

Workshop patrocinadores

14hs às 16hs

Palestra - ‘Outsourcing – presente e futuro’

Palestrante - Wilson Marques

16hs às 16h30

Intervalo

16h30 às 18h30

Palestra - ‘Alta performance’

Palestrante - Roberto Shinyashiki

Independentes (*Outsourcing – presente e futuro*); e o profissional de Marketing, Raimundo Martins (*Percepção e mudança*).

Os eventos serão abertos no dia 25 de novembro. Após a solenidade, haverá um show folclórico, seguido de coquetel realizado na área de exposição do evento. No dia 26, haverá um painel com o tema “*Reforma Tributária como Fator de Desenvolvimento Social*”, com a presença de parlamentares. O coordenador, também já confirmado, será o deputado constituinte, José Maria Eymael. À noite, haverá jantar de confraternização dançante no Clube Caxangá Golf & Country Club.

Acompanhantes

Uma atenção especial está sendo dada à programação dos acompanhantes, que

receberão kits, com bolsa de praia e dois passeios, já incluídos no preço da inscrição. No dia 26 de novembro, os acompanhantes farão um ‘citytour’ nas cidades do Recife e Olinda. No passeio, os acompanhantes dos convencionais conhecerão os principais pontos turísticos das duas cidades (praias, igrejas, Recife antigo, Alto da Sé, etc.). No dia 27 de novembro, será feito um passeio à praia de *Porto de Galinhas*, uma das mais famosas do litoral Nordeste.

No dia 27, à noite, opcionalmente, poderá ser visitado o Recife Antigo, tradicional ponto turístico que, além da sua bela arquitetura, possui excelentes bares e restaurantes. A agência de turismo oficial dos dois eventos oferecerá também outras opções de passeios.

Inscrições e Informações

9ª Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis - 9ª Conesc

1ª Convenção Nacional das Empresas de Serviços de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas - 1ª Conesa

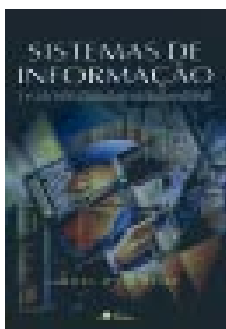
Tel. (81) 3327-6315 - 3327.6357

www.conesc.org.br

www.conesa.org.br

Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet

Autor: James A. O'Brien
Editora: Saraiva
526 páginas
Preço: R\$ 65,00

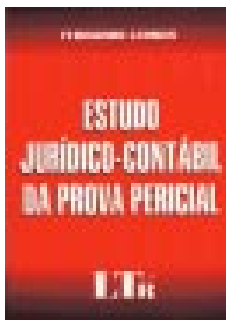


O autor é professor de Administração de Empresas em diversas

universidades dos Estados Unidos. Ele já tem oito livros publicados e traduzidos em diversas línguas. Sua obra é destinada à compreensão, utilização e gerenciamento da tecnologia da informação para revitalização e aperfeiçoamento dos processos de tomada de decisão nas empresas. Ressalta o papel da internet, intranet, extranet e outros recursos que influenciam as tomadas de decisão nos mercados globais. Entre os destaques estão a administração de banco de dados, inteligência artificial, comércio eletrônico, uso estratégico da internet como vantagem competitiva e segurança e ética no mundo tecnológico.

Estudo Jurídico-Contábil da Prova Pericial

Autor: Fernando Lehnen
Editora: LTr
402 páginas

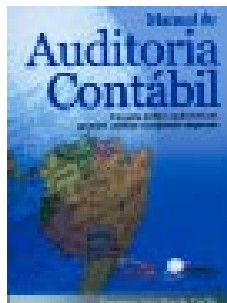


Destinado a profissionais de Direito e Peritos-contadores. Mostra a estrutura jurídica da prova pericial contábil à forma técnica como ela é produzida. O autor é contador, advogado tributarista e professor titular de Contabilidade Pública, tendo já atuado como perito contábil nas áreas da justiça comum e justiça do Trabalho. Lehnen também possui ampla experiência na administração pública, entre elas, como Fiscal de Tributos e corregedor da Secre-

taria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

Manual Auditoria contábil – Um guia prático aplicável nas grandes, médias e pequenas empresas

Autor: Everson Luiz Breda Carlin
Editora: América Editores
191 páginas



O autor dá visão geral daquilo que o auditor independente deve observar quando da revisão das peças contábeis, principalmente, as implicações societárias e fiscais, classificação e efeitos de lançamentos contábeis e, ainda, as necessidades básicas de controles internos. A obra é resultado da experiência prática do autor, como auditor e também como professor.

Serviços: Marketing e Gestão

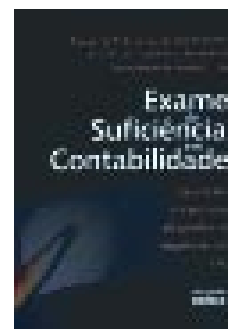
Autores: Christopher Lovelock e Lauren Wright
Editora: Saraiva
448 páginas
Preço: R\$ 65,00



Com o objetivo de apontar as particularidades e diferenciais das organizações de serviços e mostrar como elaborar suas metas e estratégias de marketing, a obra apresenta os consagrados oito componentes da administração integrada de serviços, explorados e esclarecidos com exemplos práticos. Lovelock, professor e consultor há 25 anos, é considerado mundialmente o principal nome do setor de serviços. Lauren é professora de Marketing da Universidade da Califórnia (EUA) e presidente do Grupo de Interesse Especial pelo Marketing de Serviços (Servisig).

Exame de Suficiência em Contabilidade

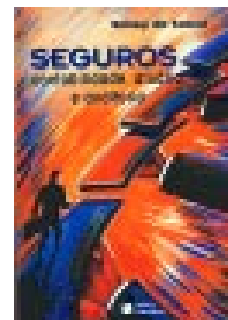
Autores: Vários
Editora: Atlas
392 páginas
Preço: R\$ 39,00



Equipe de professores da Universidade de Brasília - Unb desenvolveu este livro para atender aos bacharéis em Ciências Contábeis e técnicos em contabilidade que buscam a aprovação nos exames de suficiência com vistas à obtenção do registro nos Conselhos de Contabilidade para habilitação profissional.

Seguros – contabilidade, atuária e auditoria

Autor: Silney de Souza
Editora: Saraiva
220 páginas
Preço: R\$ 29,00



Destinado a profissionais de seguros, capitalização, previdência, auditoria e atuária. Reúne dados e exemplos práticos colocados em contextos que refletem de perto a realidade do mercado segurador, previdência privada e capitalização. Estão entre os temas abordados: gestão de uma seguradora; práticas contábeis e auditoria de seguros; auditoria de seguros e indicadores de área.

Consulte as editoras

■ Saraiva	www.editorasaraiva.com.br
■ LTr	www.ltr.com.br
■ Atlas	www.atlasnet.com.br
■ América Editores	Tel. (41) 276-2999

Demarcas

Fenacon e CNC pedem recolhimento do FGTS e INSS para o dia 15

O recolhimento do FGTS, hoje feito no dia 7 de cada mês, poderá ser transferido para o dia 15, caso o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, acate pedido feito pela Fenacon e CNC. A justificativa da solicitação, feita por meio de ofício no dia 16 de julho, é de que o recolhimento no início do mês agrava ainda mais o problema de capital de giro de milhares de empresas, mediante as dificuldades que a economia volta a enfrentar com a elevação dos juros e a diminuição da liquidez no mercado financeiro. Argumentam ainda as entidades que “a mudança nada afetará a arrecadação ou os procedimentos administrativos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço”.

O mesmo trabalho vem sendo feito pela Fenacon e CNC junto ao ministro Roberto Brant, da Previdência, para que o recolhimento do INSS, hoje feito no dia 2, também seja transferido para o dia 15 de cada mês.

Novo presidente na Anefac



O empresário e executivo de marketing de relacionamento, Roberto Brizola, é o novo presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – Anefac. A posse da diretoria foi no dia 6 de julho, em São Paulo. Entre os presentes, estavam o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Alencar Burti, e o deputado federal, Arnaldo Faria de Sá.

Brizola citou, em seu discurso, que o momento é de grandes transformações e exige “soluções mais criativas, de mais ética na vida pública e privada, de mais transparência no mundo dos negócios, enfim, torna-se necessário dar um salto de qualidade nas relações comerciais e contábeis para inspirar confiança e criar as condições mínimas para superarmos as crises conjunturais e promovermos o desenvolvimento que tanto almejamos”.

Nesse sentido, citou iniciativas da Anefac como o Prêmio Transparência, criado durante a sua primeira gestão, em 1997, que tem como objetivo promover o aperfeiçoamento da qualidade das informações contábeis e empresariais. O prêmio, concedido em conjunto pela Anefac, pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis e Atuariais e Financeiras - Fipecafi e pela empresa de informações

Eymael em campanha para Presidência

O ex-deputado federal José Maria Eymael lançou sua candidatura à Presidência da República pelo PSDC (Partido Social Democrata Cristão) no início de agosto, na capital Rio Branco-AC. A convenção do partido aconteceu no auditório da Universidade Federal do Acre e culminou com o lançamento do movimento nacional “Um só Brasil para todos os brasileiros”. O candidato é advogado tributarista e empresário; tem 61 anos e foi deputado federal em duas legislaturas consecutivas – 1986 (constituinte) e 1990. Esta é a segunda



Foto: Arquivo Fenacon

vez que se candidata à presidência da República. Ele disputou também no pleito que reconduziu FHC ao cargo. Seu nome é reconhecido no meio contábil sobretudo pelas batalhas que travou na constituinte em prol das causas tributárias. Entre elas, a derrubada do empréstimo compulsório (pelo Governo) para absorção temporária do poder aquisitivo da população. O deputado constituinte teve como principal alvo o confisco promovido na Era Collor pela então ministra Zélia Cardoso de Melo. Outras batalhas eleitorais enfrentadas por Eymael foram: eleições municipais de São Paulo (1985, 1988 e 1992) e eleições para deputado federal (1994).

comerciais Serasa, elege a melhor demonstração contábil do ano.

A análise, de mais de 1.500 balanços, é feita pelos estudantes pós-graduandos da faculdade de Ciências Contábeis da USP, sob a coordenação do professor Ariovaldo dos Santos. O evento para a entrega do prêmio ocorre no dia 19 de setembro.

Brizola também destacou, entre as ações da Anefac, a realização de pesquisas e estudos desenvolvidos pelos Comitês Técnicos da entidade. “A nossa presença na mídia demonstra também como temos nos posicionado permanentemente sobre os temas técnicos relevantes, que são respeitados e considerados pelo mundo acadêmico e governamental. Dessa forma, a Anefac em parceria com outras entidades, tem exercido seu papel de vanguarda”.

A Anefac foi criada em 1969 com o objetivo de gerar intercâmbio entre executivos da área de finanças. Hoje é uma entidade de relacionamento de âmbito internacional que tem como missão possibilitar a troca de experiências entre 1.100 profissionais associados, incluindo presidentes de empresas, gerentes gerais, diretores financeiros, administrativos, controllers e contadores. É associada ao IMA - Institute of Management Accountants – USA, instituição de administração, organização e controle empresarial, com 100 mil associados no mundo.

Um olho no fisco, outro na jurisprudência

Quanto tempo deve-se arquivar documentos numa empresa, seja ela do setor de serviços, indústria ou comércio? Os advogados tributaristas Celso Botelho de Moraes e Walter Ceneviva esclarecem os motivos legais pelos quais as empresas deveriam tratar seus arquivos de modo bem mais atento

A guarda de documentos relacionados a impostos e contribuições, mais do que uma necessidade para atendimento à fiscalização, pode ser importante em ações de restituição (ou repetição) de indébitos. O alerta é do advogado tributarista, Walter Vieira Ceneviva, sócio da Vieira Ceneviva, Almeida, Cagnacci de Oliveira & Costa Advogados Associados. “As pessoas devem ter em mente a diferenciação entre guardar para cumprir um regulamento e para a proteção do seu direito e interesse”, destaca.

Em regra geral, um documento, para efeito de fiscalização, precisa ser guardado por cinco anos. “Um segundo depois de vencidos os prazos, o contribuinte pode se desfazer dos documentos que tem guardado”, diz Ceneviva, que ressalva: “isso deve ser interpretado como o fim do dever de apresentar para o fisco e não necessariamente como a destruição propriamente dita dos documentos”.

Antes de se tomar a decisão, segundo o advogado, é preciso uma avaliação cuidadosa sobre a possibilidade de guardá-lo para futura restituição. O conselho é que, vencido o prazo regulamentar de guarda dos documentos, o contribuinte se informe sobre os tributos e contribuições que estão ou não sendo discutidos judicialmente, ou seja, se há ou não a possibilidade dessas obrigações serem julgadas inconstitucionais. “Se ele tiver a convicção de que não há possibilidade de discussão judicial, aí sim pode jogar fora”.



O ideal, segundo o advogado, é que essa empresa contribuinte tenha sempre a asses-

O advogado tributarista, Walter Vieira Ceneviva, da Vieira Ceneviva, Almeida, Cagnacci de Oliveira & Costa Advogados Associados

soria de um advogado ou contabilista, profissionais que reúnem conhecimento e acompanham a jurisprudência de matérias tributárias.

Tempo de guarda

Se, por um lado, a guarda para atender à fiscalização pode ser feita no limite mais estrito do que o próprio regulamento prevê, por outro, o prazo para a preservação do documento, como respaldo para uma ação judicial, vai depender de outros fatores, ainda controversos. O Código Tributário Nacional determina, em regra geral, que o prazo para o ingresso de uma ação é de cinco anos.

“Acontece que existe uma grande polêmica sobre, a partir de quando se contam esses cinco anos. Em princípio, são cinco anos da data do pagamento. No entanto, existe um entendimento bastante sólido hoje de que no caso das contribuições decretadas inconstitucionais pelo STF, o prazo só se conta a partir do dia em que o Supremo tenha decretado a inconstitucionalidade. O que pode acontecer 5, 7, 8 anos depois do recolhimento”, explica Ceneviva.

Para o advogado tributarista, Celso Botelho de Moraes, da Advocacia Celso Botelho de Moraes, o ideal é, em regra geral, a guarda por dez anos. Segundo ele, o entendimento mais recente é o de que o prazo de cinco anos de prescrição, só começa a ocorrer depois do prazo de decadência. “O fisco tem cinco anos para cobrar, se ele não fizer nada, passados cinco anos, está homologado o lançamento, e o contribuinte tem mais cinco anos para pedir de volta o que acha que pagou indevidamente”.

Interpretações legais

Mas o lançamento, lembra Moraes, pode ser um ato específico, como um auto de infração; ou tácito, pelo decurso do prazo. Portanto, se houver uma homologação expressa antes disso, começa daí a correr os cinco anos. No caso do pagamento, a mesma coisa.

“Quando você paga, você está ‘lançando o im-

posto'. Há casos como o IPTU que a própria cobrança é o lançamento. Já é uma homologação – o contribuinte não faz nada. Ele não calcula. Já vem pronto ele vai lá e recolhe. Do contrário, como o caso do IR, ICMS, Cofins – você calcula, faz a declaração e paga. Se o fisco não contestar em 5 anos, considera-se homologado aquele lançamento”, orienta o advogado.

Sem limites, na justiça

Uma vez que o contribuinte entra com uma ação judicial, não há limites de prazos. “O prazo é o fim da ação”, diz Celso Botelho de Moraes. Além disso, ainda pode ser necessária uma ação de execução para fazer valer uma causa ganha. E enquanto durar a ação, os documentos devem ser preservados. “Infelizmente ainda não existe a possibilidade de microfilmagem. É uma coisa boa para a guarda de documentos, mas na hora em que eu for entrar em juízo vou precisar do original. Em nenhum caso a legislação permite a utilização de microfilme como prova”.

Cofins e INSS: os mais demandados

O aumento da base de cálculo da Cofins e a substituição tributária em geral, estão entre os tributos e as contribuições que têm gerado mais contestações na Justiça. No caso da substituição tributária, o advogado Walter Ceneviva cita as empresas de prestação de serviços de locação de mão-de-obra que deveriam ficar responsáveis pelo pagamento das contribuições previdenciárias. Mas uma lei, segundo ele, determinou que a empresa tomadora dos serviços é que deve descontar o valor da fatura e efetuar o pagamento diretamente a Previdência.

“Há várias decisões que rejeitam a constitucionalidade dessa possibilidade”, diz. Em relação ao ICMS, também há casos em que ocorrem a substituição tributária e o substituído acaba pagando um imposto a maior do que ele deveria pagar. “Também há muito questionamento a respeito disso”.

No campo trabalhista

As empresas não devem tomar cuidados apenas em relação a guarda de documentos fiscais. O advogado Celso Botelho de Moraes, lembra que diversas empresas são acionadas por ex-funcionários, por responsabilida-

O advogado tributarista, Celso Botelho de Moraes, da Advocacia CBM, em São Paulo



de civil, como danos morais. “São vinte anos para entrar com a ação e, muitas vezes, acontece de a empresa não ter nem mais dados. Se essa ação demorar 15 anos, por exemplo, dificilmente a empresa vai ter isso”.

Nestes casos, principalmente quando acontece um acidente e o ex-funcionário pode vir a alegar que houve dano moral ou físico, Moraes diz que é importante a empresa ter o cuidado de guardar tudo o que for possível. “Toda vez que houver um acidente, por menor que seja, é bom guardar o laudo ou o que for, para amanhã, se a empresa for acionada, ter como se defender. Geralmente, até os funcionários da época não estarão mais na empresa”.

Depósitos judiciais

Enquanto corre a ação, depósitos em juízo, segundo Ceneviva, devem ser vistos caso a caso – se é um tributo sobre o qual ainda não existe jurisprudência do STJ ou STF, o contribuinte deve ser mais cauteloso. O recolhimento deve ser avaliado empresarialmente e não juridicamente.

“Não pagar é sempre a melhor idéia, todavia, a acumulação de um passivo muito grande, que se resulta na demora da Justiça em decidir determinada causa, pode acabar determinando a quebra da empresa, caso ela venha perder a causa. Nesse caso, o empresário deve provisionar os valores e até fazer o depósito judicial”, aconselha. “Se o STF ou o STJ já se pronunciaram contra sua exigibilidade, ele não precisa se preocupar, pois o sucesso dele é quase total”, garante o advogado.

Celso Botelho de Moraes esclarece ainda que pode haver duas ações. “Entramos com uma ação para reaver o que pagou indevidamente no passado e uma outra ação declaratória para que se deixe de pagar daqui para frente. O mais conservador seria o depósito do montante. O depósito suspende a cobrança. É mais seguro”.

Frim

Quando o melhor é guardar fora

Para as empresas que não querem ocupar espaços com os documentos, mas desejam manter o próprio controle e gerenciamento de seus arquivos, existem opções de serviços de guarda. A novidade, nesse ramo, são as empresas de armazenagem self-service

O negócio da guarda terceirizada de documentos surgiu nos Estados Unidos, há cerca de 30 anos e chegou ao Brasil em 93. Nos Estados Unidos, há mais de 30 mil unidades de armazenagem pertencentes a mil empresas do setor de guarda de documentos. No Brasil, já são em torno de 10 empresas desse tipo, espalhadas por algumas das principais capitais.

Uma delas é a Brasil Storage, de São Paulo. Seu diretor, Antônio Carlos Fontoura Belotti, explica que a viabilidade do negócio está na proximidade com o cliente. Ou seja, estes devem ficar a um raio de até 8 quilômetros do depósito, permitindo uma busca rápida dos documentos armazenados. No caso da Brasil Storage, o atendimento abrange a região central da capital paulista. “Cada boxe deve ser uma extensão da empresa-cliente”, destaca Belotti. Nos EUA, nos grandes centros urbanos, chega a existir um depósito em cada bairro.

O modelo do serviço é, inclusive, totalmente importado dos EUA. Na Brasil Storage, o prédio é vertical, com 8 andares, e possui 371 boxes de 15 tamanhos diferentes, todos múltiplos de 1,5m x 1,5m. O cliente decide o espaço que quer ocupar. Depois, recebe uma senha eletrônica de acesso ao prédio. Dentro, fica disponível um pequeno carro para transporte de caixas ao boxe alugado. Todo o interior é monitorado por circuito de TV. Cada boxe é trancado com um cadeado, que fica de posse do inquilino.

A grande vantagem do sistema, segundo Belotti, é o custo reduzido em relação ao valor de um metro quadrado na região onde o cliente está situado. O valor da armazenagem inclui também um seguro especial, que incide sobre valores e não sobre a natureza do produto armazenado. O que é colocado nos boxes não precisa ser de conhecimento da Brasil Storage. O cliente se compromete a não guardar produtos perecíveis, inflamáveis ou ilegais. Os preços são a partir de R\$ 102, ao mês, equivalente a 6,75 m³. Segundo Belotti, hoje, em torno de 60% dos boxes são utilizados para a guarda de móveis, 20% de estoques e 20% de documentos.



Brasil Storage, em São Paulo: boxes com acesso controlado por senha eletrônica e interior monitorado por circuito de TV. Apenas o locador tem a posse da chave de seu box



Grandes volumes

Há ainda os serviços tradicionais. Na Lusitana, que possui um setor de gerenciamento e guarda de documentos, a armazenagem é feita em caixas fornecidas pela empresa, que cabem o equivalente a três caixas-boxe padrão. A guarda é feita mediante um sistema eletrônico de indexação, com um inventário que informa departamento, tipo de documento, data da entrada e avisa a prescrição. A descrição dos documentos é informada pelos clientes.

Quando as caixas são retiradas no cliente, recebem um código de barras. Na Lusitana, o código, ao passar pela leitora, gera uma etiqueta com a localização da caixa, que pode ser retirada em 15 segundos. Se a empresa precisa de um documento, também pode solicitá-lo por fax ou e-mail, ou buscá-lo pessoalmente. A caixa é entregue em 24 horas.

O aluguel é calculado por vão de prateleira, em cada

qual cabem 40 caixas. Cada vão pertence a uma única empresa. Alexandre Pinheiro Vicente, diretor do setor de Guarda de Documentos, explica que, para as empresas, o sistema só passa a ser interessante em termos de custos, a partir do momento em que os originais armazenados dificilmente sejam necessários novamente.

“Terceirizar a guarda do arquivo morto só é lucrativo para a empresa se ela realmente não for utilizar com frequência os documentos”. Na Lusitana, a entrega custa a partir de R\$ 50 - R\$ 5 por caixa, em um mínimo de 10 caixas.

Gerenciamento terceirizado

Existe ainda a terceirização do gerenciamento dos arquivos na própria empresa cliente. É o caso da indústria de auto-peças Mangels, que possui o serviço terceirizado pela Técnica Sistemas de Racionalização de Arquivos. Uma equipe de funcionários da Técnica cuida da organização dos arquivos nas dependências da Mangels. Se algum departamento precisa de determinado documento, o pedido pode ser feito por e-mail. O sistema eletrônico de gerenciamento de arquivos, utilizado como instrumento gerencial, informa o fluxo, tempo de utilização, por que foram solicitados e emite relatórios de consultas dos documentos.

Na Mangels, após a organização de 8 mil caixas, o descarte de material nos arquivos ficou em torno de 50%.



Fotos: Alex Salim

Na Lusitana, em Osasco, na Grande São Paulo, a guarda é feita mediante um sistema eletrônico de indexação, com um inventário que informa departamento, tipo de documento, data da entrada e avisa a prescrição



Na editora Abril, a economia no espaço ocupado pelo arquivo inativo foi de 50% e representou um descarte de 32 toneladas de papel. Na empresa de eletroeletrônicos Siemens, após a triagem de 18 mil caixas, foram eliminadas 22 toneladas de papel, com a redução do volume para 10 mil caixas no arquivo da contabilidade. Isso significou a desocupação de um galpão com 760 m². Abril e Siemens também são clientes da Técnica.

O tema “Guarda de Documentos” prosseguirá na próxima edição da Revista Fenacon em Serviços, em reportagem com especialistas em técnicas de criação e manutenção de arquivos empresariais. Não perca!

MasterMaq

Prosoft

As definições legais do que é e como opera uma holding

por Miguel Silva (*)



*Holding é um termo de origem inglesa, derivada do verbo **to hold**, que equivale dizer **controlar**. Portanto, reserva-se o vocábulo holding as sociedades que se propõe a participar em outras sociedades com o objetivo de controlá-las.*

Entendo que descaracteriza holding o fato de uma sociedade ter em sua carteira de participações, apenas investimentos despidos do exercício de controle. Assim, a holding pode ter pluralidade de participações em sociedades, em algumas exercendo o controle e em outras com participações irrelevantes, porém, pelo menos em uma investida, há de manifestar-se a sua preponderância; do contrário, trata-se de sociedade sem destaque, ou seja, comum às demais modalidades de sociedades.

A norma concernente a holding está disposta no art. 2º, § 3º, da Lei nº 6.404/76, que assim, estabelece:

“ § 3º A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais” (com grifo).

Vemos com frequência um certo encanto, e por que não dizer ponderada tendência dos profissionais, de levar as sociedades que objetivam ser holding, a revestir-se como sociedade anônima.

Primeiro ressalta-se que uma sociedade holding pode ser constituída e registrada como sendo sociedade anônima ou de responsabilidade limitada.

Segundo, que a experiência nos mostra que, na maioria dos casos, principalmente quando se tratar de apoiar-se na constituição de holding para estruturalmente viabilizar sucessão familiar, não se justifica constituir sociedade controladora como sociedade anônima, a qual requer cumprimento de várias exigências e formalidades, não requeridas das sociedades de responsabilidade limitada.

Do exposto, como sinalização e não como regra absoluta, recomenda-se a constituição de sociedade holding como sociedade limitada.

Quando se justifica sua criação

Os motivos que levam a constituição de uma holding, podem ser vários, entre eles: 1) Facilitar o planejamento estratégico de grupo empresarial, permitindo um fluxo econômico de operações e valores entre as empresas filhas, resultando na otimização dos recursos administrativos e financeiros; 2) Descentralizar a administração de grupos empresariais; 3) Facili-

tar a reorganização societária de grupo empresarial, viabilizando aquisições ou alienações de empresas; 4) Reestruturações que viabilizam a constituição de joint ventures; 5) Instrumento de viabilização de sucessão familiar, evitando desgastes entre os seus membros no falecimento de sócio; 6) Alternativa para alcançar redução legal de carga tributária.

A composição do capital social

É oportuno esclarecer que na sociedade holding poderá haver sócios ou acionistas, como ocorrem nas demais sociedades: a) apenas pessoas físicas; b) somente pessoas jurídicas; ou pessoas físicas e pessoas jurídicas.

Os sócios ou acionistas, sem qualquer restrição, poderão integralizar participação subscrita, por meio de pecúnia (dinheiro), bens ou direitos. Caso a operação tenha sido por intermédio de bens e direitos, há a liberdade de transpô-los à sociedade, conforme a Lei nº 6.404/76, arts. 7º a 9º, e Lei nº 9.249/95, art. 23 - pelo valor contábil ou pelo valor de mercado.

*Considera-se **valor contábil** o valor presente na declaração de bens e direitos da pessoa física subscritora ou no balanço patrimonial da pessoa jurídica investidora, no qual encontrava-se o patrimônio a ser vertido; enquanto **valor de mercado** é aquele criteriosamente apontado e demonstrado em laudo de avaliação pericial, elaborado por três peritos ou empresa especializada em perícia, nos termos do artigo 8º, da Lei nº 6.404/76.*

Se se tratar de subscritora pessoa física e se a entrega for feita pelo valor constante da declaração de bens, deverá lançar na declaração as ações ou quotas integralizadas pelo mesmo valor dos bens ou direitos transferidos, conforme dispõe a Lei nº 9.249/95, art. 23, 1º.

Se a transferência patrimonial não se fizer pelo valor constante da declaração de bens da pessoa física, a diferença a maior será tributável como ganho de capital, devendo assumir a responsabilidade pelo recolhimento a pessoa física subscritora. Alerta-se que se a pessoa subscritora for pessoa jurídica, a diferença a maior, pautada em laudo pericial, será dispensada de tributação, desde que constitua “Reserva de Reavaliação” (art. 439 do RIR/99).

Controle estrangeiro

Pode ocorrer da sociedade investida ser objeto de controle de pessoa jurídica estrangeira. O ingresso de recursos alienígenas deve ser objeto de registro no Banco Central do Brasil,

por meio do Registro Declaratório Eletrônico de Investimentos Diretos Estrangeiros – RDEIED (Circular BACEN 2.997/2000).

Saliente-se que, os ingressos de recursos estrangeiros não necessária e unicamente destinam-se a compor capital social da sociedade receptora, podendo ser, por exemplo, a título de empréstimo. Por conseguinte, é fundamental observar na escrituração contábil a que título estes recursos adentraram no patrimônio da sociedade.

Devem ser registrados os ingressos de recursos a título de investimentos pelo custo efetivamente incorrido. É dizer, se o investimento foi em moeda estrangeira, o aumento do capital da sociedade brasileira deve ser consubstanciado em peça contratual, em reais, pelo valor da taxa de câmbio eleita no contrato de câmbio.

Os valores em reais do investimento estrangeiro presente em contrato social deve ser objeto de registro contábil na conta de “Capital Social Integralizado”, não cabendo aqui qualquer registro na conta de resultado sob o título “Variação Cambial Ativa ou Passiva”. Quanto aos lucros gerados pela sociedade investida no país, este será tributado pelo Imposto de Renda, segundo a legislação brasileira.

IRPJ da holding

O estrito fato da holding ser uma sociedade controladora, não a impede de optar pelo lucro presumido. A tributação pelo lucro real será obrigatória, caso a sociedade holding esteja enquadrada nas circunstâncias dispostas nos incisos I a VI, do artigo 14 da Lei nº 9.718/98, dentre elas, se a receita total no ano-calendário anterior, for superior ao limite de R\$ 24 milhões, ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 meses. As pessoas jurídicas que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior, também estão obrigadas ao regime de tributação com base no lucro real.

Distribuição de lucros

Os lucros presentes nos balanços da holding gerados a partir de 01.01.96 são isentos de imposto de renda na fonte, na distribuição aos sócios ou acionistas, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliados no país ou no exterior, conforme a Lei nº 9.249/95, art. 10.

Tributarista e Sócio-Diretor da Miguel Silva Associados S/C Ltda.



José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos
Presidente do Conselho Federal de Economia

Ciência econômica & compromisso social

O presidente do Conselho Federal de Economia, José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos, atravessa período de grande importância para os profissionais de Economia no País. A categoria comemora no dia 13 de agosto, 50 anos de regulamentação profissional, que hoje tem como cerne na discussão ética, a superação da visão corporativista em favor da prestação de serviço à sociedade. Crítico severo à linha neoliberalista, José Zenóbio fala à Revista Fenacon em Serviços sobre a instável economia brasileira e dos demais países latinos, e das dificuldades atroztes do pequeno empresário para se desenvolver no Brasil. Segundo ele, a raiz dos males é a falta de crédito.

RFS - De que forma a globalização da economia vem afetando as micros e pequenas empresas?

Zenóbio - Não houve, da parte do Governo brasileiro, o estabelecimento de uma estratégia planejada de inserção internacional, em particular no que se refere à internacionalização monetária e bancária, que foi a novidade de maior consequência dos anos 90. Nossas empresas foram rapidamente submetidas a uma situação de aguda concorrência, pelo rebaixamento abrupto das barreiras tarifárias e de outras restrições a importações, sem disporem de uma infra-estrutura adequada e de condições competitivas de financiamento para enfrentar esse desafio. As micro e pequenas empresas, mais vulneráveis às deficiências de infra-estrutura e às condições de financiamento, sofreram mais. Isto porque elas não têm, em geral, o recurso ao crédito externo. Com o crédito interno caro e escasso, sua disponibilidade caiu para algo em torno de 29% do PIB, o que é uma das relações mais baixas do mundo. A consequência para as micro e pequenas empresas é viver da mão para a boca, se auto-financiando pelas próprias receitas numa economia que se tem mantido à beira da recessão.

RFS - É possível existir um mercado comum entre países com economia ainda tão instável, como propõe o Mercosul?

Zenóbio - Não é a instabilidade das economias dos países do Mercosul o que preocupa, mas o modelo neoliberal que, com maior ou menor entusiasmo, todos adotaram. Estamos sob a mesma matriz de política macroeconômica caracterizada por extremo rigor fiscal e monetário. No caso brasileiro, isso foi levado ao paroxismo, tendo em vista nossas taxas básicas de juros, hoje situadas em 19%, quando a inflação anual deve ficar em torno dos 6% (pelo menos nas contas oficiais). Por outro lado, os países membros do Mercosul adotaram políticas fiscais extremamente restritivas, que comprometem inelutavelmente as perspectivas de retomada de crescimento. O que vemos como instabilidade é, na verdade, o resultado inexorável de políticas econômicas bastante estáveis, mas não obstante equivo-

casas. Veja-se a Argentina: ela tem tentado cumprir à risca, ano após anos, seus acordos com o FMI. Sua situação econômica e social, contudo, apenas se agrava. E veja-se o Brasil: também tem cumprido com folga as metas do acordo com o Fundo, e, no entanto, encontra-se numa situação de vulnerabilidade externa pior hoje do que era seis anos atrás. E olhe que, desde então, privatizamos quase tudo, inclusive jóias da coroa como a Vale do Rio Doce.

RFS - Há alguma lição a aprender com a atual crise da Argentina?

A lição a tirar da tragédia argentina, que de alguma forma antecipa nossa própria tragédia, se não houver uma mudança radical na nossa política econômica, é muito simples: o neoliberalismo fracassou e deve ser enterrado. Em seu lugar, é necessário buscar uma política de pleno emprego, centrada na retomada do crescimento a altas taxas, para o que é essencial um ambiente macroeconômico favorável, sintetizado em taxas moderadas de juros e ampliação dos gastos fiscais não financeiros. É evidente que, para isso, será necessário renegociar os compromissos externos. Mas é melhor renegociar uma moratória para pagar, do que tentar pagar sem ter, e simplesmente quebrar.

RFS - Por que a economia Brasileira é tão vulnerável às oscilações dos mercados externos?

Porque a política macroeconômica adotada de 94 para cá fez tudo no sentido de ampliar essa vulnerabilidade. Liquidamos um grande superávit comercial em nome da exposição da economia à concorrência externa, e não demos ao nosso setor exportador condições de competir internacionalmente, sobretudo em face de externalidades negativas como o alto custo e a baixa disponibilidade de crédito. Deixamos que fosse praticamente extinta a nossa marinha mercante e nosso setor de construção naval, em nome de um liberalismo tosco e insano, agravando nosso déficit em conta corrente. Privatizamos para o capital externo grandes empresas genuinamente brasileiras de serviços públicos que não exportam, o que sobrecarrega duplamente o balanço de pagamentos, seja pela importação de

equipamentos, seja pela remessa de dividendos. Aumentamos barbaramente a taxa interna de juros para atrair capital forasteiro, e com isso amplificamos os compromissos de remessa de juros para o exterior. Temos um mercado interno com potencial de nos proteger tranquilamente das oscilações da economia internacional. Para isso, contudo, teríamos que virar de ponta cabeça nossa política econômica, de forma a retomar o crescimento baseado em nossas próprias forças.

RFS - Os países da América Latina estão preparados para a Alca já em 2005, como querem os EUA?

Zenóbio - Não apenas o Brasil, mas toda a América do Sul não está preparada para a ALCA. Qualquer acordo de livre comércio, para ser proveitoso para todas as partes, requer algum grau de simetria nas condições econômicas dos participantes. O desequilíbrio industrial e tecnológico entre Estados Unidos e Canadá e o resto das Américas levaria à destruição da maioria das empresas das Américas do Sul e Central num processo de concorrência aberta. Creio que, antes de pensar na ALCA, deveríamos pensar num acordo de integração econômica da América do Sul, num esquema que foi tentado (e frustrado politicamente) com o Pacto Andino. Seria uma instância de planejamento conjunto do desenvolvimento. O próprio Mercosul só funciona porque os países participantes estão num estágio industrial e tecnológico similar. Para dar um passo à frente, é essencial o desenvolvimento econômico integrado.

RFS - Como conseguir resolver o problema do déficit da balança comercial brasileira?

Zenóbio - Temos que criar condições competitivas para as empresas brasileiras. Em uma palavra, reduzir o custo Brasil de infra-estrutura, sobretudo de logística, e reduzir o custo e aumentar a disponibilidade do crédito. Numa perspectiva de mais largo prazo, é necessário estimular a especialização em alguns setores em que temos claramente vantagens competitivas. Isso requer planejamento indicativo e forte presença do Estado na condição de financiador, o que é anátema diante do atual modelo.

RFS - O crescimento do setor de serviços. é uma tendência irreversível da chamada nova economia?

Zenóbio - Certamente trata-se de uma tendência irreversível. A razão é que está cada vez mais fácil produzir bem e muito, e cada vez mais necessário fazer circular essa produção. Além disso, na medida do aumento das rendas médias da população, a demanda de serviços cresce naturalmente. O reflexo disso no mercado de trabalho é óbvio: cai regularmente a participação da mão-de-obra aplicada na produção industrial em relação àquela dedicada aos serviços. Isso não é necessariamente mau ou bom. Tudo vai depender da forma como os ganhos do aumento da produtividade industrial vai ser repartido entre a sociedade.

RFS - Que tipo de panorama se redesenha para a relação entre capital e trabalho em um futuro próximo?

Zenóbio - O padrão de relações vai depender do tipo de economia política e da efetiva política econômica que venha a prevalecer nas diferentes sociedades. No marco da economia liberal ou neoliberal, teremos relações cada vez mais conflitivas, com recorrentes reconstituições dos exércitos industriais de reserva dos trabalhadores pela tecnologia, a fim de acabar de liquidar com a força reivindicatória dos sindicatos. No marco de uma economia de promoção do pleno emprego, a exemplo do que ocorreu em muitos países da Europa e no Japão nas três décadas do pós-guerra, teremos relações mais cooperativas entre o capital e o trabalho, sob regulação do estado. Isso, como se sabe, é a base da economia do bem estar, com estabilidade de preços. A questão da empregabilidade, que na situação atual é uma escusa para o alto desemprego, seria reduzida a sua expressão real, isto é, a própria demanda de trabalho regularia a sua oferta, na qualidade e quantidade necessárias.

RFS - Quais são os caminhos, à luz da ciência econômica, para o combate a má distribuição de renda, a desigualdade e a pobreza no Brasil?

Zenóbio - É uma política de promoção do pleno emprego. E pleno emprego não se refere a uma relação de emprego com carteira assinada. É, sim, uma condição do mercado de trabalho, determinada em última instância pela política econômica, na qual todas as pessoas em condições de trabalhar, e que procuram emprego, encontram um trabalho remunerado. Só em situação de pleno emprego ou de quase pleno emprego uma sociedade promove de forma eficaz uma mais justa distribuição de renda. Isso porque sindicatos e trabalhadores individuais só conseguem forçar o aumento dos seus rendimentos quando não concorrem com outros milhões de desempregados para prestar o mesmo serviço. Da mesma forma é o combate à miséria: só uma economia próxima do pleno emprego mobiliza recursos, inclusive fiscais, para enfrentar com eficácia o problema da pobreza extrema. Sem falar no fato de que uma política do pleno emprego concorre pra reduzir diretamente a fome e a miséria, na medida em que inclui na economia os desocupados.

RFS - No Brasil existe de fato uma política econômica ou apenas políticas monetária, cambial e fiscal?

Zenóbio - O Brasil tem uma política econômica de

matriz liberal, isto é, que se subordina basicamente aos interesses dos afortunados. Ela se exprime pela política monetária de juros altos, e pela política fiscal de cortes de gastos públicos. Quando se aumentam os juros e se os mantêm em níveis elevados, estamos transferindo dinheiro dos pobres e dos que tomam emprestado para os ricos que emprestam. Quando se cortam gastos públicos, o que se faz é desviar dinheiro de serviços públicos de interesse dos pobres para garantir os juros aos afortunados donos dos títulos públicos. Esta é a síntese da economia política atual. Essa política monetária e fiscal é o instrumento macroeconômico adotado pelo Governo para atrair empréstimos externos e investimentos internacionais. Esses empréstimos e investimentos são necessários porque temos um alto déficit em conta corrente. E temos este alto déficit em conta corrente porque internacionalizamos a economia. Virou um círculo vicioso. Para romper esse círculo, será necessário uma ruptura, negociada politicamente que seja, do nó externo. Não haverá outra saída.

RFS - Que benefícios a política de privatizações trouxe para a economia nacional?

Só o benefício ideológico de tirar o Estado do setor produtivo. No mais, existe uma longa lista do que a política de privatização poderia ter sido, e não foi. E outra lista do que ela efetivamente foi, e prejudicou o País. Por exemplo, ela poderia ter sido usada para expandir o mercado acionário, como na Inglaterra, e não foi. Ela poderia ter sido usada para reforçar a economia nacional, mas também não foi. Por outro lado, ela contribuiu pra fragilizar o balanço de pagamentos e desnacionalizar capacidade produtiva e tecnológica. E está na origem da crise energética, o exemplo mais pedagógico do desastre da privatização brasileira.

RFS - Quais são os principais erros cometidos no planejamento e na administração econômico-financeiro nas pequenas empresas?

Zenóbio - Por força do esdrúxulo sistema bancário e financeiro que temos, acredito que o pior erro é o de endividar-se excessivamente, ou de não planejar adequadamente o endividamento. Com as taxas de juros de agiotagem que prevalecem para as pequenas empresas, a alternativa é de usar quase exclusivamente recursos próprios ou financiamento de fornecedores. Isso é uma situação peculiar da economia brasileira, pois nos tornamos uma economia sem crédito. As pequenas empresas que conseguem sobreviver são verdadeiras heroínas nessa situação. Imagine agora se houvesse uma mudança radical na política econômica, e o crédito se tornasse farto e barato: teríamos um potencial de crescimento inigualável no mundo, tanto quanto a China e a Índia.

RFS - O que deve ser observado para uma correta formação de preços de serviços?

Zenóbio - A concorrência, e um balanço bem visível para o cliente entre o preço e a qualidade do serviço ofertado.

RFS - Qual é o cerne da discussão ética entre os economistas?

Zenóbio - Num dos nossos encontros, as entidades de representação dos economistas estabeleceram como princípio ético fundamental que superássemos a visão corporativa e nos colocássemos como

Nos tornamos uma economia sem crédito. As pequenas empresas que conseguem sobreviver são verdadeiras heroínas nessa situação. Imagine agora se houvesse uma mudança radical na política econômica, e o crédito se tornasse farto e barato: teríamos um potencial de crescimento inigualável no mundo, tanto quanto a China e a Índia.

prestadores de serviço à sociedade. Este, creio eu, é o principal balizamento ético das atividades dos economistas brasileiros hoje. É claro que defendemos nossos interesses profissionais e de categoria. O pano de fundo, contudo, é a defesa dos interesses da sociedade. Acho que isso é muito importante tendo em vista a natureza da disciplina a que estamos dedicados, e que é essencialmente política. Tal balizamento é norteado pelo Código de Ética Profissional do Economista, atualizado em 1996 e que se constitui instrumento vivo de apoio do nosso exercício profissional.

RFS - De que forma os economistas tem atuado em defesa da sociedade?

Zenóbio - Pela única forma que torna transparente a ideologia da economia, sem risco de facciosismos e de prevalência de seitas: o debate aberto e franco. Como nenhum de nós tem o monopólio da verdade, o modo de favorecer o esclarecimento dos temas econômicos é a discussão honesta, oferecendo à sociedade o máximo de informação para que ela própria possa influir, a seu juízo, nas decisões políticas. Em última instância, trata-se de democratizar a informação para democratizar o processo decisório e o poder.

RFS - Quais os mercados que mais absorvem profissionais de economia?

Zenóbio - Em primeiro lugar o setor público, principalmente nas áreas de estudo, pesquisa e análise de dados sócio-econômicos, de planejamento e bancos de desenvolvimento. Há também considerável campo profissional para o economista como consultor autônomo ou nas empresas de consultoria.

RFS - Em quais segmentos do mercado atuam as empresas ligadas à área de economia?

Zenóbio - No setor privado, atua uma gama variada de empresas de economia no Brasil, desde os bancos de fomento, bancos de investimento, financeiras, factorings, empresas de consultoria de projetos de viabilidade econômico-financeira, de estudo de mercado, de montagem de cenários, de planejamento estratégico, de análise de risco. Tais empresas de consultoria prestam seus serviços tanto ao setor público, quando ao setor privado.

Sescap em sintonia com empresas paranaenses

por André Luiz de Andrade

Pesquisa mostra que a maioria das empresas afiliadas ao Sescap (66%) não apenas aprovam, como classificam os serviços prestados pelo sindicato do Paraná como ótimo e bom. O levantamento foi feito no primeiro semestre deste ano e indica que o Sescap está afinado com as necessidades e desejos de seus associados

O objetivo da pesquisa feita pelo Sescap foi avaliar a atuação da entidade no período de 1998 a 2000. Foram entrevistados cerca de 800 empresários, entre associados e não associados. Obteve-se críticas e sugestões que irão pautar as ações da atual diretoria, cujo presidente é Valdir Pietrobon, em segunda gestão consecutiva.

Os eventos foram o destaque entre os pontos positivos do Sescap/PR. Eles foram apontados por 18% dos entrevistados. Outros itens positivos foram o bom atendimento (10%), serviços de informação (8%) e representatividade (7%). Entre as sugestões para o período de 2001 a 2003, nos três maiores percentuais, 13% acham que o sindicato deve manter a mesma linha de atuação, 7% querem mais cursos e palestras, e 4% pedem mais divulgações sobre as atividades e benefícios que o sindicato oferece.

Pedido feito, pedido atendido. O Sescap/PR promoveu 16 eventos, na capital e no interior, no primeiro semestre de 2001. Foram quase 100 horas de treinamento, com a participação de 1.252 pessoas. Entre os temas, legislação trabalhista, previdenciária, licitação, ISO 9002, matemática financeira, telemarketing e perícias judicial e administrativa.

Em parceria com o CRC/PR e instrutores da IOB, também foram promovidas este ano, 71 mesas redondas em Curitiba e em mais 38 municípios do Estado, com a participação de 2.043 pessoas. Entre os temas abordados, IRPF, IRPJ, Simples Federal e o 'Novo sistema de crédito do ICMS'. Para o segundo semestre, estão programados mais 12 eventos, na capital e interior. Entre eles, o I Seminário Paranaense de Perícia, nos dias 5 e 6 de novembro, em parceria com a FAE Business School e CRC/PR.

Clínica de odontologia do Sescap: equipamentos de última geração



Assessoria jurídica

Entre os diversos serviços prestados pelo Sescap/PR a seus associados, está a assessoria jurídica, que oferece consultoria nas áreas trabalhista e sindical, por telefone e pessoalmente. Existe desde 1999. Apenas esse ano, já foram prestadas 617 consultas. A assessoria jurídica também dá vista de contratos sociais para clientes das empresas de serviços contábeis associadas. Este ano, foram 489 vistas.

O departamento ainda promove as ações judiciais coletivas de interesse da categoria, dissídios coletivos e elabora pareceres jurídicos para atender interesses dos associados.

Clínica odontológica

A clínica odontológica, criada há 3 anos, oferece clínica geral, incluindo cirurgias e pediatria. Possui quatro tabelas de preços destinados apenas a cobrir os custos dos tratamentos. Os descontos variam de 73% (associados) a 64% dependentes de filiados, em relação a tabela nacional de convênios e credenciamentos da Associação Brasileira de Odontologia e Conselho Regional de Odontologia. Da tabela mais baixa para a mais alta a variação é de 50%.

Apenas neste ano, foram feitos 219 atendimentos. Desde o início da clínica, registra-se 1.429 consultas aos afiliados do Sescap.

Todo o material utilizado, assim como o equipamento, é de última geração. "Tudo o que pedi, dentro do que há de ponta no mercado, foi adquirido", destacou a odontóloga responsável pela clínica, Márcia Regina Martins. Toda a montagem do consultório teve um custo de quase R\$ 50 mil, com equipamentos adquiridos em contratos de leasing.

O funcionamento é de segunda a quinta-feira, das 8h30 às 13h30. Quem preferir, pode procurar clínicas especializadas conveniadas que oferecem todas as especialidades odontológicas, além de próteses e aparelhos ortodônticos, com descontos de 40% sobre a tabela da ABO.



Eventos: uma das ações do Sescap mais bem recebidas e aprovadas entre suas empresas afiliadas. Acima, auditório interno do sindicato, durante treinamento

Medicina do Trabalho

No própria sede do Sescap/PR, há também uma clínica médica que realiza exames e emite atestados admissionais, demissionais, periódicos e de retorno ao trabalho, após afastamento por mais de 30 dias, que atendem às NR7 (PCMSO) e NR9 (PPRA) de saúde ocupacional do Ministério do Trabalho. A clínica existe desde 95 e tem a frente o médico do trabalho Roberto Feitosa Silva. Funciona 2as, 4as e 6as, das 8h30 às 10hs. Apenas este ano já foram realizadas 900 consultas.

A média de atendimentos/ano é de 2.000. O custo da consulta é de R\$ 5,00 para associados, R\$ 10,00 para filiados e R\$ 15,00, particulares. Os mesmos exames também são oferecidos aos associados, através de clínica médica do trabalho conveniada ao Sescap/PR, a preços reduzidos, tendo como base a tabela da AMB. Outro convênio com policlínica, em Curitiba, ainda possibilita preços diferenciados aos associados para consultas em diversas especialidades médicas como cardiologia, dermatologia e obstetrícia.

Vários outros convênios firmados na área médica também permitem descontos aos associados do Sescap/PR. Entre eles, para a compra de aparelhos auditivos e acessórios (5%) e clínicas de psicologia.

A sede e suas regionais

A sede, própria, ocupa um andar e meio de prédio comercial no centro de Curitiba, com 850m² de área. O auditório, com capacidade para 150 pessoas, também é alugado para eventos de outras entidades. A sede possui ainda biblioteca jurídica e videoteca com 20 lugares, equipadas

com televisor, videocassete, com disponibilidade de fitas de reciclagem profissional. O sindicato se estende por quatro escritórios regionais, instalados nas cidades de Cascavel, Maringá, Toledo e Umuarama, oferecendo atendimento mais próximo aos associados do interior do Estado.

São ao todo 19 funcionários, incluindo sede e escritórios regionais. Parte dessa equipe é de agentes fiscais que tem como finalidade contactar as empresas da base de representação do Sescap/PR, ainda não associadas, e apresentar o conjunto de serviços oferecidos pelo sindicato. E mais, realizar cobrança dos associados em atraso, e das contribuições sindicais patronais e confederativa aos inadimplentes.

A equipe de 4 pessoas realiza uma média de 70 visitas/mês a empresas da região metropolitana de Curitiba. Três ao dia. No caso das empresas que não são achadas por mudança de endereço, por exemplo, é feito um trabalho de pesquisa para localização, nas listas telefônicas ou mesmo nos cadastros da Junta Comercial do Estado. Caso a empresa peça o parcelamento das mensalidades em atraso, a proposta é avaliada pela diretoria financeira. Um total de 90% das empresas inadimplentes com o Sescap/PR conseguem liquidar seus débitos, em negociação, a partir das visitas dos agentes.

“Nosso objetivo maior é mostrar que temos muito a oferecer; muitas vezes, o próprio empresário nos procura, após algum tempo, até porque sente a necessidade de algum serviço de que dispomos”, destacou a gerente administrativa e assessora jurídica do Sescap/PR, Erinéia Oliveira Araújo.

Novas parcerias à vista

Entre as próximas novidades, está a instalação de um posto avançado do INSS na sede do sindicato. Em agosto deverá estar definido o pré-projeto. A idéia é que o posto seja uma extensão do órgão, inclusive com os computadores interligados, prestando todos os serviços, excluindo a baixa. O atendimento seria prestado por um funcionário do INSS e dois do sindicato, treinados pelo órgão, por um prazo de 90 dias.



Convênio que está sendo firmado com a prefeitura de Curitiba prevê a liberação de Alvará de Funcionamento, via Internet. O documento será preenchido e enviado on-line. Inicialmente, a novidade valerá para as empresas, principalmente de serviços, que não precisam de vistorias técnicas, como a do Instituto Ambiental do Paraná – IAP. O serviço deverá estar disponível em 60 dias.

Outro projeto, em fase inicial, é a preparação de empresas dentro do conceito de qualidade total. A idéia é que consultorias especializadas prestem serviços para grupos de empresas, diminuindo os custos e possibilitando levar a certificação da qualidade também às pequenas empresas. A idéia é que o custo final caia 50%. Inicialmente serão programadas palestras pelo interior do Estado, sobre o projeto e os conceitos da qualidade.

“No mundo inteiro é o setor de serviços que mais prospera. Com isso, a concorrência tende a aumentar. E as pequenas empresas que não se prepararem vão sair do mercado”, alerta o presidente Valdir Pietrobon. Ele destaca que a qualidade trará uma concorrência mais saudável, não por aviltamento de preços, mas por melhores serviços. A certificadora seria a Tecpar, empresa do governo e associada ao Sescap/PR.

Atuação política

A atuação política vem sendo outra marca do Sescap/PR. Este ano, diretores já foram recebidos pelo prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, e pelo secretário de comunicação do Governo do Estado, o ex-prefeito de Curitiba, Rafael Greca. “Queremos mostrar o que é a entidade, quem somos, e o que fazemos

Pietrobon, presidente do Sescap: filosofia é atender às 63 categorias econômicas da base de representação sindicato



Médico do trabalho Roberto Feitosa atende no consultório interno do Sescap.

mos e representamos para o Estado”, explica Pietrobon. A diretoria aguarda agora o agendamento para o mês de agosto de audiência com o Governador do Paraná, Jaime Lerner.

Na pauta das reuniões, a tônica vem sendo a maior participação dos contabilistas em áreas e entidades relacionadas a atividade empresarial contábil e ao conhecimento técnico dos contabilistas. O Sescap/PR pleiteia, por exemplo, a possibilidade de indicar nomes para atuarem como vogais na Junta Comercial do Paraná e da presença do segmento no Tribunal de Contas do Estado. “Não somos contra que outros segmentos ocupem esses espaços, mas temos que atuar em cargos cujo conhecimento é inerente a nós, contabilistas”, defende o presidente.

Também são feitas freqüentemente reuniões com as delegacias regionais do Ministério do Trabalho e do INSS. “O diálogo é importante para que percebam as dificuldades enfrentadas pelos empresários no seu dia-a-dia e sejam mais flexíveis, sempre dentro da legalidade, pois as leis são muito rígidas e, muitas vezes, dificultam e prejudicam o trabalho das empresas”, ressaltou Pietrobon.

Cafés da manhã

Além disso, também são programados cafés da manhã com vereadores. Entre os assuntos, em especial, as dificuldades em cumprir a legislação atual do ISS e suas incoerências, incluindo a alíquota do imposto em Curitiba, forma de cobrança das empresas de trabalho temporário e das empresas de serviços contábeis que não se enquadram nas características de prestadoras de serviços uniprofissionais impostas pelo município.

A partir do momento em que os nomes dos

DP Comp

candidatos ao governo do Estado estiverem definidos, todos serão convidados para discutir temas com as categorias econômicas representadas pelo Sescap/PR. Em julho, em visita à sede do Sescap/PR, com a presença de diversas lideranças sindicais, o deputado constituinte José Maria Eymael, presidente nacional do PSC e ferrenho defensor das causas em favor do segmento das empresas contábeis e de serviços, falou pela primeira vez sobre sua candidatura à Presidência da República, aprovada pela comissão executiva do diretório nacional do PSC, em junho.

Posição assumida

A participação do Sescap/PR, como entidade sindical patronal, diante do quadro político eleitoral para o pleito de outubro de 2002, foi, inclusive, outro ponto abordado na pesquisa. Para 73% dos associados, o Sescap/PR deve participar de alguma forma das próximas eleições em outubro de 2002, que inclui a escolha do presidente, governadores, senadores, deputados estaduais e federais.

Para 23%, o sindicato deve ficar afastado do processo eleitoral. Trinta e três por cento dos entrevistados vão mais longe: querem que o entidade identifique líderes entre os profissionais da categoria e lance candidatos. Para 27%, o sindicato deve apoiar só candidatos que se identifiquem com as categorias representadas.

Um quinto dos entrevistados, 22%, acha que o Sescap/PR deve escolher um só candidato para cada cargo e apoiá-lo abertamente em todo o Estado. Quase que a mesma quantidade (20%) diz que o sindicato deve apoiar um candidato em cada região. Um total de 57% dos entrevistados escolherá seu candidato independente do apoio do sindicato. Enquanto que 33% afirma que vai votar nos candidatos apoiados pelo Sescap/PR.

Doações

Outra preocupação constante do Sescap/PR é com sua responsabilidade social. Em muitos cursos promovidos, a inscrição é feita através da doação de alimentos e roupas. Apenas esse ano já foram arrecadados 634 quilos de alimentos e 113 peças de roupa. Em julho, o Sescap/PR também comprou 200 cobertores. Todas as doações são encaminhadas ao Fundo de Assistência Social – FAS, do município de Curitiba. “Nós achamos que precisamos fazer a nossa parte social. Além disso, é a coisa mais gratificante que existe”, diz Pietrobon.

Doações ao FAS: preocupação com a responsabilidade social



O papel das Câmaras Setoriais

Para o presidente do Sescap/PR, Valdir Pietrobon, o resultado positivo da pesquisa é ainda mais expressivo pelo fato de que a entidade tem em sua filosofia abranger em seu leque de serviços todas as 63 categorias econômicas da sua base de representação.

Para proporcionar atendimento mais próximo aos seus associados, o sindicato possui sete Câmaras Setoriais de Serviços: Contabilidade/Mercosul, Perícias, Informações, Pesquisas, Mediação e Arbitragem, Empresas do Governo e Recursos Humanos. O objetivo das câmaras é estudar as necessidades, acompanhar as peculiaridades, coletar as reivindicações, sugerir serviços, apresentar sugestões e ajudar a resolver as dificuldades dos setores representados.

Um exemplo desses serviços é o guia de peritos elaborado pelo Sescap/PR, através da Câmara de Perícia, que ganhou sua versão impressa, em julho deste ano. Com tiragem inicial de mil exemplares, será oferecido aos 600 juízes e promotores do Estado. A distribuição será marcada em evento, com entrega simbólica ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, em data ainda a ser marcada.

O guia impresso será reeditado anualmente, mas os peritos que quiserem, poderão se cadastrar na versão on-line, atualizada permanentemente. Disponível no site do sindicato desde o final do ano passado, o guia eletrônico de perícia contém informações mais abrangentes sobre os profissionais.

Solicitação do próprio Poder Judiciário do Estado, o guia, além da relação de peritos associados, por área de atuação, com currículos e endereços, traz um diagrama do fluxo da prova pericial segundo o Código de Processo Civil, tabela orientativa de honorários periciais (elaborada no início do ano e enviada aos juízes do Estado), o Código Comercial, as resoluções normativas que regulamentam a prática pericial, para cada profissão apresentada na publicação.

Cicop avança para o interior

Não é exagero falar que a Comissão Inter-sindical de Conciliação Prévia - Cicop (ver matéria na edição nº 65) é hoje menina dos olhos do Sescap/PR. A iniciativa, que completou um ano no último dia 20 de junho, ganha neste segundo semestre mais três comissões em cidades-pólo do Estado. A primeira do roteiro será Cascavel. Para isso, já estão sendo treinados os conciliadores. O início do funcionamento está previsto para agosto.

Ainda este ano, Toledo, e, em seguida, Pato Branco, receberão seus Cicops regionais. Coordenada pela Câmara de Mediação e Arbitragem, o Cicop é, na verdade, uma continuidade dos compromissos do sindicato, desde 96, quando foi incluída cláusula nas convenções coletivas de trabalho prevendo a possibilidade de utilização de técnicas de mediação em resoluções de conflitos trabalhistas.



O diretor da Câmara de Serviços de Mediação e Arbitragem do Sescap, Bruno Ricardo Lopes

Hoje, o Cicop tem, além do Sescap/PR e Sindasp, a participação de mais nove sindicatos laborais, o Fórum de Ação Conjunta. Das 157 audiências realizadas de 20 de junho a 30 de julho (envolvendo empresa reclamada individual), houve 73 conciliações entre as partes, ou seja, 46% do total, acima da média de 29% de acordos registrados no primeiro ano de funcionamento do Cicop.

“O nosso objetivo é conscientizar os empresários que existem outras possibilidades de resolução de conflitos fora da justiça, evitando desgastes, perda de tempo e maiores custos. As relações trabalhistas da nossa sociedade caminharam para o conflito adversarial, para a briga, para vencer, e não para o acordo. Queremos mudar essa mentalidade”, ressaltou o diretor da Câmara de Serviços de Mediação e Arbitragem, Bruno Ricardo Lopes.

Informações abrangentes

A Câmara de Informações, além de atender às empresas do setor, tem a finalidade de disponibilizar o maior leque de informações a todos os associados. Uma das parcerias é com a empresa Acto, responsável por uma sessão de informações fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, no Sescap Informa.

“Queremos trazer novos parceiros, oferecendo maior suporte a associados e filiados do sindicato para que subsidiem seus trabalhos”, adianta o diretor da Câmara de Informações, Luiz Fernando Ferraz. A intenção é dispor, nesse segundo semestre, de informações periódicas sobre temas variados como tecnologia, qualidade total e recursos humanos, veiculadas através do Sescap Informa.

A publicação, com tiragem de 7.500 exemplares, e o site (www.sescap-pr.org.br), compõe as principais ferramentas de comunicação do sindicato com os associados e filiados. Quase totalidade dos entrevistados na pesquisa, 83%, tomam conhecimento da atuação do sindicato através do Sescap Informa, revelando a importância do veículo, como meio de informação de ações e atividades.

Outro convênio firmado recentemente foi com a GGI Informações (www.ggi.com.br), empresa que presta consultoria jurídica, trabalhista e previdenciária, fiscal e tributária, via telefone, fax e e-mail. Além da consultoria, a GGI oferece, através do site, boletins, matérias, jurisprudência, CLT comentada, Regulamento de IR, do ICMS, agenda de obrigações, com atualização diária. Os associados do Sescap/PR poderão assinar o serviço com descontos.

Cupom de Assinatura da Revista

Cupom de Assinatura da Revista